

SUMÁRIO

1. Apresentação.....	1
2. Missão Institucional.....	2
3. Área Finalística.....	3
3.1 Análises Macroeconômicas/Produtos.....	3
3.2 Assessoria na Discussão e Acompanhamento dos Acordos como FMI.....	8
3.3 Formulação e Aconselhamento de Política Econômica.....	8
3.4 Relacionamento Institucional.....	9
3.5 Participação na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE.....	15
3.6 Participação em Palestras, Seminários e Encontros.....	18
3.7 Entrevistas e Artigos publicados.....	19
3.8 Convênio Fundação Getúlio Vargas – FGV.....	19
4. Área Administrativa.....	29
4.1 Convênio Fundação Getúlio Vargas – FGV.....	29
4.2 Recursos Tecnológicos e de Informação.....	30
4.3 Coordenação Administrativa.....	33
4.4 Recursos Humanos.....	33
4.5 Execução Orçamentária e Financeira.....	40
4.6 Material e Patrimônio.....	43
4.7 Documentação e Protocolo.....	45
5. Conclusão.....	48

1. APRESENTAÇÃO

Para a Secretaria de Política Econômica – SPE, a divulgação do Relatório Anual de Atividades de Gestão significa mais que uma mera formalidade de apresentar as atividades desenvolvidas no ano anterior. Além de prestar contas junto à Secretaria Federal de Controle Interno, o relatório é um instrumento por meio do qual a SPE avalia o cumprimento das suas atribuições regimentais e o seu desempenho. A médio prazo, o relatório representa o registro histórico da organização e constitui um guia para a avaliação e a proposição de eventuais adequações necessárias, de modo a atingir as metas e os resultados desejados.

Para cumprir sua missão institucional, a Secretaria de Política Econômica mantém articulação permanente junto a profissionais, instituições governamentais e não governamentais, ligadas aos setores dinâmicos da Economia. Essa constante interação traz informações que são agregadas à base de conhecimento técnico da SPE, constituindo subsídios para a formulação de políticas econômica, social, industrial, agrícola, financeira, habitacional, bem como a proposição de diversas outras iniciativas de cunho institucional e regulatório.

2. MISSÃO INSTITUCIONAL

Compete à Secretaria de Política Econômica assistir e assessorar o Ministro de Estado da Fazenda na formulação, acompanhamento e coordenação da política econômica. Constitui atribuição da SPE acompanhar o desempenho macroeconômico brasileiro, analisando e sugerindo alternativas de condução das políticas fiscal, monetária e financeira, e ainda aquelas relativas ao setor externo – incluindo política cambial, comercial, balanço de pagamentos e mercado internacional de crédito.

Cabe, ainda, à SPE apreciar os planos e programas de natureza econômica submetidos ao Ministério da Fazenda, bem como propor prioridades globais e setoriais dos planos anuais, plurianuais, programas e projetos de interesse nacional. No âmbito institucional, a Secretaria assessora o Ministro da Fazenda junto ao Conselho Monetário Nacional e na condução do Programa de Estabilidade Fiscal, acompanha a execução do Programa Nacional de Desestatização e participa do desenho e implementação das políticas governamentais relativas ao sistema financeiro, previdência complementar e de seguros, e mercado de capitais. Por fim, a SPE é responsável pelo relacionamento do Governo Brasileiro com o Fundo Monetário Internacional – FMI.

3. ÁREA FINALÍSTICA

3.1 Análises Macroeconômicas/Produtos

A Secretaria de Política Econômica, buscando atingir as metas estabelecidas no Plano Plurianual 2000-2003 – PPA, especificamente aquelas relativas à Ação **Análise Macroeconômica e Proposição da Política Econômica** constante do **PROGRAMA GESTÃO DA POLÍTICA MACROECONÔMICA**, gerou durante o ano de 2001, Boletins de Acompanhamento Macroeconômico, referentes ao período de JAN/FEV e ABR/MAI. As análises desenvolvidas no boletim constituem um estudo agregado da conjuntura econômica brasileira, investigando sua evolução sob a ótica da atividade econômica, preços, mercado de trabalho, setor externo, agregados monetários e financeiros, bem como o desempenho fiscal do setor público. Distribuídos à imprensa, a diversos órgãos governamentais e empresas privadas, e disponibilizados também na *homepage* do Ministério da Fazenda, esses boletins fazem parte da política de divulgação de informações econômicas dessa Secretaria. Além dos boletins, a SPE elaborou, ainda, 127 Resenhas Nacionais e 23 Resenhas Internacionais e outros produtos, de relevância, abaixo elencados.

- **Boletim de Acompanhamento Macroeconômico**

Editado desde agosto de 1994 pela SPE, o Boletim de Acompanhamento Macroeconômico analisa o cenário econômico e os principais indicadores de mercado, através de suas diversas seções: nível de atividade e setor agrícola, preços, setor externo, área fiscal e mercados de trabalho e financeiro. Em cada tópico são sintetizados os principais eventos do período e suas implicações sobre a evolução futura da atividade econômica, dentro de uma visão de governo sobre o assunto. Durante o ano de 2001, a edição do boletim foi interrompida no primeiro semestre, devido à continuidade e intensificação dos trabalhos da Secretaria em outras áreas de atuação, em particular à intensa participação da Secretaria nos trabalhos desenvolvidos na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE.

- ***Panorama Macroeconômico***

Complementarmente ao Boletim, a SPE vem editando, desde o ano de 2000, o estudo Panorama Macroeconômico, abordando com mais profundidade temas específicos ou questões atuais sobre a condução da política econômica.

Em 2001, foram produzidos seis números com ênfase no mercado de trabalho, nível de atividade da economia, com abordagem sobre a evolução dos investimentos e seu impacto sobre o crescimento do PIB no ano, e um número especialmente dedicado aos efeitos do racionamento sobre a oferta agregada, em que foram analisadas as principais implicações para o País de uma redução de 20% no consumo de energia elétrica em relação ao ano de 2000.

- ***Resenha SPE***

Com periodicidade diária, a SPE também produz a Resenha MF/SPE com análise sucinta dos principais indicadores econômicos nacionais e, eventualmente dos EUA, que foram divulgados na manhã do dia ou no final do dia anterior. Elaborado pela equipe técnica da Secretaria, a Resenha objetiva informar tempestivamente as autoridades do Governo sobre os indicadores relevantes recém publicados. Para isso, a elaboração e distribuição dessa Resenha é efetuada até o final de cada manhã (correio eletrônico e impresso).

- ***Resenha Internacional***

Semanalmente, a SPE elabora a Resenha Internacional com um "survey" das principais notícias de caráter econômico publicadas no *Financial Times (US edition)* e na revista *The Economist*. Além das notícias econômicas, todas as matérias sobre o Brasil, publicadas nesses veículos de comunicação, integram a Resenha Internacional.

Os principais tópicos da resenha são a economia mundial – perspectivas de crescimento, índices de confiança, índices de inflação, colunas de analistas de renome, entre outros, o comércio internacional e notícias relacionadas ao petróleo. Além disso, existem tópicos sazonais, tais como: reformas econômicas, lançamento da nova moeda da União Européia (EURO) e mercados de *commodities*.

O objetivo da Resenha é permitir que os leitores tenham um panorama geral dos principais acontecimentos econômicos internacionais e suas eventuais repercussões econômicas e políticas sobre o Brasil, consoante o ponto de vista de analistas estrangeiros, que formam opinião no resto do mundo.

- ***Banco de Dados Sintético de Conjuntura***

O trabalho tem como objetivo reunir em um só documento os indicadores econômicos de nível de atividade, mercado de trabalho, mercado monetário e financeiro, política fiscal, preços e setor externo, permitindo ao seu público uma rápida consulta aos resultados mais recentes.

A atualização e a divulgação do Banco de Dados são procedidas duas vezes por semana pela SPE, sendo que a sua distribuição se dá na forma impressa para alguns assessores e autoridades do Ministério da Fazenda, e através de correio eletrônico para outros servidores públicos, cujas atividades necessitam dessas informações.

- ***Material elaborado para Apresentações***

Por solicitação da Assessoria do Presidente da República, a SPE participou, em colaboração com a Secretaria Executiva desse Ministério, da elaboração de um levantamento das medidas econômicas, políticas e sociais implementadas pelo governo nos últimos sete anos, trabalho ainda não publicado.

A Secretaria organizou e coordenou um "Workshop" acerca do impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as finanças governamentais. O evento foi direcionado aos técnicos do Ministério da Fazenda e do Ministério do Planejamento e objetivou consolidar o conhecimento sobre a Lei, que constitui importante marco para a implementação de uma gestão fiscal responsável e transparente, e sobre os desdobramentos legais, contábeis e financeiros observados com a adoção dessa, nas três esferas de governo e nos respectivos Poderes.

A equipe técnica da Secretaria colaborou com a preparação de material solicitado pelo Senhor Ministro da Fazenda, Secretário Executivo, Secretário de Política Econômica e demais membros da equipe econômica como subsídio para apresentações em seminários e palestras – retratando o desempenho recente da economia brasileira.

- ***Publicação comemorativa dos aniversários do Plano Real***

Desde a implantação do Plano Real, a SPE tem participado anualmente do grupo de trabalho que elabora a publicação relativa ao aniversário do plano, seja no fornecimento de sugestões e dados estatísticos nas discussões preliminares, seja na elaboração do texto final da parte econômica.

Em 2001 não foi diferente e a SPE participou no preparo da publicação do estudo "**7 anos do Plano Real**".

- ***Mensagem Presidencial e Balanço Geral da União***

A SPE participa na elaboração da parte econômica tanto da mensagem presidencial - lida no início dos trabalhos no Congresso Nacional - quanto do Balanço Geral da União, apresentado ao final de cada exercício junto com a Prestação de Contas do Presidente da República.

Além de subsidiar com informações e dados estatísticos, a SPE tem participado na redação final dos dois documentos, enfatizando o desempenho da economia brasileira e da política econômico-financeira do Governo Federal.

- ***Efeitos do Racionamento de Energia Elétrica sobre a Oferta Agregada***

O estudo desenvolvido pela SPE, em 29 de junho de 2001, teve como objetivo estimar os impactos das medidas implementadas pelo governo para conter o consumo de energia elétrica sobre a estrutura produtiva brasileira.

Este estudo recebeu reconhecimento generalizado, por tratar-se do primeiro trabalho detalhado que analisava os efeitos do racionamento de energia sobre a produção industrial, publicado num momento em que o pessimismo era grande e lançavam-se dúvidas quanto ao desempenho da economia brasileira diante dessas incertezas. O trabalho serviu, portanto, para nortear a opinião pública e também subsidiar o governo na flexibilização, contribuindo para a melhor gestão do programa de racionamento.

- ***Orçamento Social da União – 2000***

Este estudo agrega estatísticas e análises acerca dos dispêndios de caráter social da União em 2000, atualizando a publicação relativa aos anos de 1998-1999 e revela que a prioridade dada ao gasto social nos últimos anos se acentuou significativamente em 2000. Considerando os dispêndios federais com a Previdência Social, Saúde, Educação e Cultura, Assistência Social, Trabalho, Saneamento, Habitação e Benefícios a Servidores que totalizaram R\$ 171,3 bilhões em 2000, observa-se um crescimento real de 8,3% em relação aos gastos sociais realizados em 1999 – crescimento este

muito maior do que o verificado na economia brasileira. Esse montante de recursos correspondeu a 86% da receita da União, líquida de transferências constitucionais a Estados e Municípios. A partir do momento em que se mapeia onde se gasta e quem se beneficia com as políticas sociais no Brasil, dá-se um importante passo para o estudo e a proposição de políticas que aperfeiçoem esses instrumentos.

O estudo dá prosseguimento à série iniciada no ano anterior, atualizando os dados apresentados pelo "Orçamento Social da União", com informações referentes à 1999. Esse trabalho constitui um importante avanço no sentido de conferir maior transparência às ações da União de combate à pobreza.

- ***Consolidação de Estatística Fiscal***

A SPE realizou levantamento estatístico dos gastos federais mensais, abertos por função e por órgão governamental, abrangendo o período 1990 a 2000 (valores nominais e reais). Este banco de dados é relevante para o acompanhamento dos dispêndios governamentais e para a orientação das políticas do governo federal. Nessa mesma linha, também foi consolidado um banco de dados contendo as seguintes informações para cada um dos municípios brasileiros: arrecadação do INSS, aberta por setor de atividade econômica, no período 1997-2001; arrecadação da Secretaria de Receita Federal, aberta por tipo de tributos, no período 1995-2000 (valores nominais e reais); receita municipal, classificada por categoria econômica, no período 1994-2000; despesa municipal, classificada por categoria econômica e por função, no período 1994-2000; contas do ativo e passivo municipal, no período 1997-2000; dados extraídos fundamentalmente de levantamento realizado pelo IBGE, relativos a população, número de estabelecimentos educacionais, número de hospitais e leitos, número de agências bancárias, entre outros. Este banco de dados constitui a base a partir da qual se definirão estudos que irão se desenvolver ao longo do exercício de 2002.

Outra importante função da SPE consiste na consolidação¹ de estatísticas fiscais e projeção do Resultado Primário do Governo Central (critério Acima da Linha). Para isso, consolida e projeta as receitas e despesas não financeiras do Governo Central – abrange Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central – e estima o resultado primário que serve de base para a elaboração da Proposta Orçamentária do Governo, dos Decretos de Programação Financeira e das metas fiscais negociadas com o FMI. Ademais, realiza o acompanhamento mensal do Resultado Primário do Governo Central e compara-o com as metas fiscais previstas.

¹ Nesta consolidação de estatísticas fiscais participam a SPE, a STN, SRF, o Banco Central, o Ministério da Previdência e Assistência Social, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão o CODEFAT, o FNDE, o Banco do Brasil, o Banco do Nordeste e o Banco da Amazônia.

3.2 Assessoria na discussão e acompanhamento dos acordos com o FMI

A Secretaria de Política Econômica coordena, no âmbito do Ministério da Fazenda, a implementação do acordo com o Fundo Monetário Internacional - FMI. Ao longo do ano, foram realizadas as últimas rodadas – mais especificamente a sétima e a oitava – da revisão do acordo assinado em 1998. No entanto, diante da intensa turbulência enfrentada pela economia mundial no ano passado, procedeu-se à negociação de um novo acordo com o Fundo. De natureza precaucional, foram disponibilizados US\$ 15 bilhões ao governo brasileiro, sujeitos à continuidade do programa de austeridade fiscal e monetária. Para subsidiar as negociações em torno da extensão do acordo, a SPE contribuiu com a elaboração de informações técnicas utilizadas pelos representantes do Ministério da Fazenda. O programa passou a ter sua duração até dezembro de 2002.

A Secretaria coordena a elaboração das informações econômicas necessárias a serem examinadas pelas missões técnicas trimestrais do FMI. Essas missões têm como objetivo avaliar o cumprimento do programa econômico, assim como as perspectivas da economia brasileira. Na preparação das discussões com as missões técnicas, a equipe da Secretaria coleta e analisa informações sobre os setores monetário, fiscal, real e externo da economia, assim como realiza projeções de curto prazo sobre as variáveis relevantes em cada um desses setores.

A Secretaria coordena a preparação das informações produzidas por outros órgãos públicos, necessárias à avaliação do programa econômico, bem como é responsável pela revisão dos Memorandos de Política Econômica e dos Memorandos Técnicos de Entendimento que compõem o acordo do governo brasileiro com o FMI.

3.3 Formulação e Aconselhamento de Política Econômica

A equipe técnica da SPE analisou e participou, direta e indiretamente, da elaboração de propostas de Decretos, de Projetos de Lei, Medidas Provisórias e Resoluções do Conselho Monetário Nacional. A análise de matérias de caráter econômico é utilizada como subsídio para a atuação do Ministro da Fazenda, dentro e fora do governo, em particular no acompanhamento e discussão das matérias debatidas e votadas no Congresso Nacional. Por outro lado, esse trabalho auxilia nas respostas a pleitos, questionamentos e indagações de diversos setores e agentes econômicos – públicos e privados, instituições civis, pessoas jurídicas e contribuintes em geral.

Os referidos trabalhos, produzidos pela equipe técnica apresentam-se sob a forma de notas e pareceres técnicos. A maioria das solicitações recebidas referentes a análises e pareceres, são provenientes da Assessoria de Assuntos Parlamentares deste Ministério. Outras demandas são provenientes do Gabinete do Ministro e da Secretaria Executiva.

O quantitativo dos mesmos está demonstrado no quadro abaixo.

<i>EQUIPE TÉCNICA</i>	<i>JAN</i>	<i>FEV</i>	<i>MAR</i>	<i>ABR</i>	<i>MAI</i>	<i>JUN</i>	<i>JUL</i>	<i>AGO</i>	<i>SET</i>	<i>OUT</i>	<i>NOV</i>	<i>DEZ</i>	<i>TOTAL GERAL</i>
Coordenação Institucional	5	11	24	35	15	17	17	20	23	15	24	15	221
Coordenação de Conjuntura	1	2	2	2	4	0	4	6	3	3	2	8	37
Coordenação de Assuntos Fiscais	11	9	21	15	14	20	16	28	29	23	18	13	217
TOTAL	17	22	47	52	33	37	37	54	55	41	44	36	475

3.4 Relacionamento Institucional

A participação da SPE na condução da política econômica brasileira acontece em diversos fóruns de discussão, permanentes ou criados para lidar com assuntos específicos. A participação nesses comitês, comissões, conselhos e grupos de trabalho objetiva defender a visão do Ministério da Fazenda no atendimento pleno das demandas que são formuladas ao Poder Executivo e direcionadas à área econômica. Merece especial menção a participação da Secretaria na Câmara de Gestão da Crise de Energia – GCE, durante o ano de 2001.

A atuação desta Secretaria no estudo e formulação da política econômica tem encontrado forte expressão na área financeira, abrangendo a maior parte de seus segmentos e componentes. Para a consecução desses objetivos, a SPE participa dos seguintes órgãos colegiados, de caráter permanente.

- **Comissão Técnica da Moeda e do Crédito – COMOC**, Comissão de assessoramento que analisa e discute previamente todos os votos a serem apreciados pelo Conselho Monetário Nacional - CMN. Para o exercício das atribuições do CMN, a SPE interage com o Banco Central e a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e outras secretarias do

MF, tais como a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), a Secretaria da Receita Federal (SRF), a Secretaria de Assuntos Internacionais (SAIN), a Secretaria da Previdência Complementar, do Ministério da Previdência e Assistência Social (MPAS/SPC). Ainda no âmbito da COMOC, a SPE participa ainda do Comitê de Assuntos Rurais, que analisa, previamente, todos os votos ligados ao setor rural a serem apreciados preliminarmente pela COMOC para a decisão do CMN;

- **Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP**, Órgão superior do Sistema de Seguros, Capitalização e Previdência Privada Aberta. No CNSP, a Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) atua como a entidade executora das decisões do CNSP. A SPE representa o Ministro da Fazenda nesse conselho e, além de atuar na análise das resoluções a serem publicadas, também participa do Conselho de Recursos, órgão assessor do CNSP para o julgamento de recursos sobre processos já analisados e decididos pela SUSEP – mediante a atuação de um coordenador-geral, que exerce a presidência ;
- **Conselho de Gestão da Previdência Complementar – CGPC**, Órgão formulador de política na área da previdência complementar fechada (EFPP), sendo a MPAS/SPC o órgão executor das decisões do CGPC. A SPE tem presença no conselho como membro suplente, assumindo também funções de assessoramento em discussões internas ao Ministério, ou em temas objeto de estudo no GT de Mercado de Capitais ;
- **Conselho Nacional de Desestatização - CND**, que é o órgão formulador da política de desestatização das empresas estatais federais. Nesse âmbito, a SPE interage intensamente com o Ministério do Planejamento/DEST, o BNDES e os Ministérios supervisores das empresas estatais integrantes do PND. Ao longo de 2001, a SPE teve papel ativo nos grupos de trabalho criados para aperfeiçoar o marco regulatório no setor de infra-estrutura de transportes. Os grupos lidaram com os setores de ferrovias, rodovias e portos. Além disso, representantes da Secretaria participaram dos debates envolvendo a desverticalização das empresas estatais federais de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sendo a participação da SPE importante para garantir consistência e maximizar sinergias em relação aos trabalhos da GCE.

A participação da Secretaria nos assuntos fiscais abrange não apenas a análise de diversas propostas do Poder Executivo e Legislativo, mas também a participação nos seguintes fóruns:

- **Comissão de Controle e Gestão Fiscal – CCF**, criada com a atribuição de acompanhar e avaliar a evolução da situação fiscal e propor aos Ministros da Fazenda e do Planejamento, Orçamento e Gestão as medidas que assegurem a obtenção do resultado primário estabelecido para cada exercício, bem como dos demais objetivos fiscais;
- **Conselho Nacional de Previdência Social – CNPS**, que é o órgão superior de deliberação colegiada, vinculado ao Ministério da Previdência Social e tem a finalidade de deliberar sobre a política da Previdência Social e sobre a gestão do sistema previdenciário;
- **Comissão de Financiamentos Externos - COFIEEX**, que analisa e decide financiamentos com recursos externos (BID, BIRD, agências nacionais, etc.);
- **Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA**, colegiado que delibera e homologa decisões sobre a concessão de incentivos fiscais e desonerações para indústrias localizadas na Zona Franca de Manaus. A atuação neste Conselho envolve coordenação e uma forte interação com a Secretaria da Receita Federal e outros órgãos federais e regionais.

A SPE atua ainda em alguns Conselhos e Comissões de natureza mais setorial, tais como:

- **Comissão Diretora do Fundo de Marinha Mercante - CDFMM**, Conselho que delibera sobre o uso dos recursos advindos do adicional de frete para a renovação da marinha mercante, elemento chave para o financiamento da indústria naval – inclusive *off-shore* – brasileira ;
- **Conselho Nacional de Política Energética – CNPE**, onde assessora o Ministro da Fazenda participando, junto com a SEAE/MF dos Comitês Técnicos;
- **Grupo Executivo para Modernização dos Portos – GEMPO**, grupo que orienta e acompanha a reforma portuária, elemento de destaque dos continuados esforços para aumentar a competitividade das exportações brasileiras e a eficiência da economia em geral, ao reduzir o custo do controle internacional.

A Secretaria participa de Grupos de Trabalho – GT, setoriais ou temáticos, tais como:

- **GT de Mercado de Capitais**

Esse Grupo de Trabalho foi instituído pelo Sr. Presidente da República, por meio da Portaria Interministerial nº71, de 02 de março de 2000. Sua atribuição é estudar medidas que estimulem o crescimento da poupança de longo prazo, da intermediação financeira, da eficiência do investimento privado e da redução do custo do capital no Brasil. Cabe a este grupo propor aperfeiçoamentos dos marcos de regulamentação e de fiscalização dos mercados acionário, de seguros, resseguros, previdência complementar, bancários e demais. O Secretário de Política Econômica exerce o cargo de Secretário-Executivo desse grupo. Ao longo de 2001, diversos assuntos foram tratados, alguns dos quais com resultado concreto e outros ainda em fase de discussão. Durante os meses de janeiro a março foi revista a resolução que estabelece as diretrizes básicas para a aplicação dos recursos das entidades fechadas de previdência complementar. O resultado foi a edição da Resolução CMN nº 2.829, a respeito da qual a SPE publicou um Panorama Institucional Brasileiro esclarecendo à sociedade – governo, setor privado e imprensa – os principais pontos desse importante aperfeiçoamento regulatório. Produto similar foi lançado quando da concessão de isenção do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) sobre o Seguro de Vida por Sobrevivência, medida tomada a partir das discussões travadas no GT sobre tratamento tributário dos produtos de seguros e previdência aberta.

Em 2001 também merece destaque a aprovação do Projeto de Lei que modificou a Lei de Sociedades Anônimas. Promulgada na forma da Lei nº 10.303, de 22.02.01, fortalece os direitos dos acionistas minoritários, ampliando os mecanismos de transparência e fiscalização das empresas de capital aberto. Essa medida foi motivo de intensas discussões e propostas no âmbito do GT de Mercado de Capitais, com participação da SPE.

Vale ressaltar também a discussão, ainda em andamento, sobre a reformulação da Lei de Falências no Brasil. Esse assunto tem sido analisado no GT de Mercado de Capitais e a SPE, em particular, tem participado do debate e pautado o Ministro em relação aos principais aspectos pertinentes a esse tema.

- **GT da Habitação**

O Grupo foi constituído com o objetivo de apresentar propostas de reformulação dos financiamentos do Sistema Financeiro da Habitação (SFH), nos termos da Exposição de Motivos Interministerial, do Ministério da Fazenda, Casa Civil e Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano (SEDUR), de 06.06.1999. O GT tem representantes da SEDU, MF/SE, MF/SPE, BACEN/DINOR, BACEN/DIPEC e CEF, e realizou diversas reuniões com especialistas sobre o tema e com representantes de diversas entidades do segmento imobiliário, como Câmara Brasileira de Indústria de Construção (CBIC), Associação Brasileira de Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança (ABECIP), SECOVI/SP, SINDUSCON/SP e ABRAPP, além de representantes de instituições financeiras, companhias hipotecárias, entidades de previdência complementar que operam com financiamento imobiliário.

Como desdobramento dos trabalhos desse grupo, foram levadas adiante discussões sobre o tema no âmbito interno do Ministério da Fazenda, cujos resultados foram as importantes medidas tomadas ao longo de 2001, como a Medida Provisória nº 2.223, de 04.09.2001 – que procura equacionar o problema da canalização de “*funding*” de médio/longo prazo para financiamentos imobiliários e fortalecer o mercado secundário de crédito imobiliário – e a Medida Provisória nº 2.221, de 04.09.2001, que cria o patrimônio de afetação e visa conferir segurança, não só ao mutuário, mas a toda a cadeia de financiamento imobiliário.

- **GT Exportação de Produtos Primários**

Este Grupo foi instituído pela Portaria MF nº 289, de 4 de outubro de 2001 com o objetivo de realizar estudos relativos à exportação de produtos primários e seus impactos tributários. É constituído por representantes dos Estados e das Secretarias de Política Econômica, de Acompanhamento Econômico e do Tesouro Nacional. Um dos principais assuntos analisados foi o repasse dos recursos do Imposto de Exportação, majorado ou instituído após março de 2000, aos Estados, em cumprimento às disposições do Protocolo de Entendimento quanto às modificações na Lei Complementar nº 87/96 e em seu anexo, firmado entre a União, Estados e DF em 09/03/00. Foi analisada proposição dos Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Distrito Federal, Paraná e Rio Grande do Sul com vistas à instituição do Imposto de Exportação sobre a soja em grão. O GT procedeu aos levantamentos cabíveis quanto às alterações efetuadas na legislação do imposto de exportação e estabeleceu a metodologia de cálculo para aferir o montante de recursos a que os Estados

fariam jus neste contexto. Observou-se que, a partir de março de 2000, foi instituído ou majorado o Imposto de Exportação(IE) sobre três produtos: o couro *wet blue*, o fumo e armas e munições. Os recursos arrecadados deverão ser inscritos no Projeto de Lei Orçamentária de 2003 e repassados, mediante transferências voluntárias aos Estados, a partir do exercício de 2003.

- **GT Transparência Fiscal no Brasil**

Este Grupo foi constituído com o objetivo de responder a questionário intitulado “Código de Boas Práticas em Transparência Fiscal”, elaborado pelo Departamento de Assuntos Fiscais do Fundo Monetário Internacional, para aferir a transparência do sistema de gestão fiscal no Brasil. O GT, coordenado por representantes do Ministério do Planejamento, teve a participação de representantes da STN, SPE, SAIN e SRF do Ministério da Fazenda, da Secretaria Federal de Controle e do Banco Central. Registre-se que em 07.12.01, o FMI publicou um relatório, elaborado com base no questionário e no material encaminhado pelo Grupo, que enaltece o alto grau de transparência fiscal implementado nos últimos anos aliado a grandes avanços na administração das finanças públicas brasileiras.

- **GT da Agência Nacional de Cinema**

Este Grupo foi formado com o intuito de estudar proposta de criação de uma agência para o setor de cinema. O GT contou com representantes do Ministério do Planejamento, do Ministério da Cultura, do Ministério das Comunicações, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio e do Ministério da Fazenda – SPE e SEAE.

- **GT Segurado Especial**

Este Grupo, instituído pela Resolução do Conselho Nacional de Previdência Social nº 1.023 de 29.08.01, tem o objetivo de estudar a situação do segurado especial – produtor, parceiro, meeiro e arrendatário rural e o pescador artesanal que exercem suas atividades em regime de economia familiar – e propor medidas para a simplificação de procedimentos relativos à sistemática de contribuição e de concessão de benefícios. Compõem o Grupo representantes do Ministério da Previdência e Assistência Social, da Fazenda – SPE, do Instituto Nacional do Seguro Social, da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, da Confederação Nacional da Agricultura e da Confederação Brasileira dos Aposentados e Pensionistas.

A Secretaria também tem participado dos debates envolvendo a abertura do mercado de resseguros e a possível privatização do Instituto de Resseguros do Brasil – IRB.

A SPE fez parte, também, do **GT Interministerial** que elaborou o Projeto de Lei do Saneamento Básico nº 4.147, do Poder Executivo, enviado em 20.02.2001 ao Congresso Nacional e desde então tem acompanhado a sua evolução.

No que se refere ao meio ambiente, a SPE participa, junto ao **Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA**, de grupo técnico que analisa os aspectos econômicos dos resíduos sólidos. Espera-se para julho de 2002 a elaboração de uma proposta que será levada à consideração do referido conselho.

Em 2001, a SPE inseriu-se na discussão da Política Nacional de Ciência e Tecnologia, a partir de sua participação na **Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia**. Desde o fim do ano, a Secretaria tem participado das discussões sobre a regulamentação dos Fundos de Ciência e Tecnologia criados pela Lei 10.332, de 19.12.01.

Por fim, no que tange ao microcrédito, a SPE analisou as propostas que levaram à edição da Resolução CMN nº 2.874, que introduz inovações na estrutura do sistema no Brasil e tem participado do **Comitê Executivo de Avaliação do Microcrédito**. Esse comitê tem como objetivo criar mecanismos de monitoramento e avaliação das experiências de microcrédito no país, com vistas a seu futuro e contínuo aprimoramento.

3.5 Participação na Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica – GCE

A SPE participa ativamente das atividades da GCE, desde a sua criação pela Medida Provisória nº 2.147, de 15.05.2001, tendo o Secretário de Política Econômica sido designado como membro do Núcleo Executivo da GCE na forma do Decreto Presidencial de 15.05.2001. Além do Núcleo Executivo, a SPE atuou também no Comitê Técnico do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, no Comitê Técnico de Aumento da Oferta de Energia a Curto Prazo e no Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico (que posteriormente incorporou os trabalhos do Comitê Técnico do Mercado Atacadista de Energia), bem como em diversos Grupos de Trabalho criados pela GCE ou pelos próprios comitês.

No período de maio a dezembro de 2001, as decisões da GCE concernentes à gestão do racionamento do consumo de energia elétrica envolveram a edição de oito Medidas Provisórias – MP, 15 Decretos Presidenciais, além de 92 Resoluções da própria GCE. A equipe da SPE teve participação ativa em grande parte desses atos, dando apoio a GCE na análise econômica das medidas tomadas.

Ainda no início dos trabalhos da GCE, juntamente com as medidas específicas que determinaram as metas de redução de consumo necessárias para se enfrentar a escassez de oferta de energia elétrica, a SPE teve atuação intensa na busca de medidas que minimizassem os efeitos do racionamento de energia no setor produtivo e, conseqüentemente, no emprego. Criou-se um mecanismo de leilão de energia entre grandes consumidores, para permitir a transação das metas de consumo entre esses consumidores, o que reduziu drasticamente os impactos econômicos pelo lado da oferta.

O Comitê Técnico de Aumento da Oferta de Energia a Curto Prazo foi criado pela GCE com o objetivo de viabilizar o aumento da oferta de energia no curto prazo. Para o cumprimento desse objetivo, foi criada a companhia estatal Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial – CBEE, de duração temporária, com a finalidade de contratar usinas térmicas que disponibilizarão suas capacidades de geração de energia, para funcionar como um seguro contra o risco de desabastecimento. Nesse Comitê, a SPE participou desde a definição da forma que menos interferisse no mercado de energia elétrica, até o detalhamento dos contratos de compra de capacidade e energia entre a CBEE e os produtores de energia, como a garantia do Tesouro Nacional a essas operações. Deve-se destacar o sucesso desse Comitê no cumprimento de sua tarefa. Em janeiro de 2002 foram assinados contratos entre a CBEE e os Produtores Independentes de Energia, que garantirão o acréscimo de mais de 2.000 MW médios de capacidade de geração. No início de 2002 deverá ser apresentado pelo Comitê à GCE, o relatório final das atividades do Comitê, relatando os detalhes de todo este processo.

Também merece destaque o trabalho do Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, que foi criado com a finalidade de repensar todo o modelo do Setor Elétrico Brasileiro. O primeiro resultado prático desse Comitê foi a negociação entre os agentes do setor elétrico, que resultou no Acordo Geral do Setor, com a participação ativa da SPE. Esse Acordo soluciona uma série de pendências entre os agentes, que estavam impedindo o funcionamento adequado do setor elétrico.

Ainda no Comitê de Revitalização, o Secretário de Política Econômica coordenou um grupo de trabalho encarregado de propor medidas para aperfeiçoar o processo de despacho e de formação de preço no Mercado Atacadista de Energia. Essas medidas estão sendo implementadas a partir de janeiro de 2002, e permitirão um despacho da geração de energia mais seguro, aumentando a proteção contra a redução do nível dos reservatórios e reduzindo a probabilidade de racionamento.

Em dezembro de 2001, o Comitê de Revitalização divulgou seu primeiro relatório de andamento, apontando para a adoção de 33 medidas que irão redinamizar o funcionamento do setor elétrico, garantindo o retorno dos investimentos de longo prazo que irão garantir o equilíbrio entre a oferta e a demanda por energia. No seu segundo relatório, divulgado em janeiro de 2002, o número de medidas foi aumentado para 42. Dando prosseguimento ao trabalho desse comitê, será criado um grupo de trabalho para cada uma dessas medidas. Esses grupos de trabalho deverão desenvolver as propostas de medidas, discutindo-as com os agentes do setor, e implementando as medidas até meados de 2002.

A SPE deverá participar de grande parte desses grupos de trabalho, seja na coordenação de alguns grupos, seja auxiliando os trabalhos de outros.

RELAÇÃO DE GRUPOS LIGADOS À GCE – 2001

GRUPO/MEMBRO		DECRETO/RESOLUÇÃO
	NÚCLEO EXECUTIVO DA CÂMARA DE GESTÃO DA CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA – GCE	
Membro	Secretário de Política Econômica	Decreto Presidencial de 15.05.01
	COMITÊ TÉCNICO DO MERCADO ATACADISTA DE ENERGIA ELÉTRICA	
Membro	Joaquim Vieira Ferreira Levy	Resolução da GCE nº 10, de 29.05.01
	COMITÊ TÉCNICO DE AUMENTO DA OFERTA DE ENERGIA A CURTO PRAZO	
Membro	Wagner Thomaz de Aquino Guerra Júnior	Resolução da GCE nº 14, de 06.06.01
	COMITÊ DE REVITALIZAÇÃO DO MODELO DO SETOR ELÉTRICO	
Membro	Secretário de Política Econômica – MF	Resolução da GCE nº 18, de 22.06.01
	GRUPO DE TRABALHO – GÁS NATURAL	
Membro	Wagner Thomaz de Aquino Guerra Júnior	Resolução da GCE nº 74, de 20.11.01
<u>OBS:</u> Transferência para o Comitê de Revitalização do Modelo do Setor Elétrico, das atribuições do Comitê Técnico do Mercado Atacadista de Energia Elétrica, que ficou extinto a partir da publicação da Resolução da GCE nº 66, de 06/11/01.		

3.6 Participação em Palestras, Seminários e Encontros

A permanente necessidade de acréscimo, atualização, disseminação de conhecimentos nos assuntos correlatos a política econômica, motivaram, essencialmente, a relevante participação da SPE em vários eventos para os quais foi convidada, ressaltando as suas realizações em diferentes localidades do país e do exterior, conforme demonstrado a seguir.

<i>E V E N T O</i>
Apresentação pela FENASEG da Proposta de Privatização do Seguro para Acidente de Trabalho – RJ
Conferência sobre a América Latina, versando sobre a situação econômica da Argentina, Brasil e México – Madri/Espanha
Congresso Brasileiro de Regulação de Serviços Públicos Comedidos, promovido pela Associação Brasileira das Agências de Regulação – ABAR/RJ
Encontro Anual da Sociedade de Econometria – SBE/BA
Evento na Câmara de Comércio Americano – RJ
Palestra – Transparência de Bancos Centrais, proferida por Ilan Princeton – BACEN/RJ
Palestra na FINEP – Belo Horizonte/MG
Palestra sobre Título de Facilitação Portuária – Diretoria de Portos e Costas da Marinha/RJ
Seminário "Estabilização Econômica e o Novo Mercado Brasileiro de Seguros" – SP
Seminário "Exchanges Rate Regimes: Hard and Peg or Free Floating" - Washington DC
Seminário "O Impacto da Lei de Responsabilidade Fiscal sobre as Finanças Governamentais" – PTA/RJ
Seminário "Perspectivas da Economia Brasileira" – SP
Seminário do Departamento de Economia - Tema: WAGE INEQUALITY AND TRADE LIBERALIZATION IN BRAZIL, na PUC/RJ
Seminário do Grupo de Acompanhamento de Conjuntura - IPEA/RJ
Seminário Internacional "Núcleo de Inflação e Harmonização de Índices de Preços" – BACEN/RJ
Seminário Internacional de Gás Natural Technology Adoption and Effects of Transfers Across Locations", PUC/RJ
Seminário Internacional sobre Transparência e Responsabilidade Fiscal
Seminário Lei de Falências – BACEN/RJ
Seminário sobre mudanças na CLT, com o Prof. José Márcio Camargo, na PUC/RJ
Seminário sobre o Desempenho Recente das Exportações Brasileiras – BNDES/RJ
Seminário sobre Oportunidade nos Mercados Primário e Secundário – ABRASCA/SP
WORKSHOP – Acidentes de Trabalho – SP
WORKSHOP – Lei de Falências – SP
WORKSHOP - ON DEVELOPING GOVERNMENT BOND MARKETS IN LATIN AMERICA – BIRD/RJ
X WORKSHOP - A Revolução nos Planos de Aposentadoria - ANAPP/SP
XIII Fórum "Como vão o Desenvolvimento e a Democracia no Brasil" - BNDES/RJ
XII Seminário Regional de Política Fiscal – RJ
WORKSHOP – Liberalização Comercial e Mercado de Trabalho no Brasil – Brasília/DF
I WORKSHOP – A Estabilização Econômica e o Novo Mercado Brasileiro de Seguros – FENACOR/SP
Seminário Interno – Abordagem Econômica da Lei de Falências – Brasília/DF
Seminário de Política Tributária sobre Globalização e Tributação – ESAF/DF

3.7 Entrevistas e Artigos publicados

Durante o ano de 2001, o Secretário de Política Econômica, eventualmente com o apoio dos Secretários-Adjuntos, concedeu várias entrevistas, sobre a conjuntura econômica, política social, de previdência e outras, que foram divulgadas na mídia impressa e televisiva. Diversos artigos foram publicados em jornais e revistas de circulação.

3.8 Convênio Fundação Getúlio Vargas - FGV

O convênio nº 001, de 10/07/2001, celebrado entre a União, por intermédio da Secretaria de Política Econômica, e a Fundação Getúlio Vargas – FGV, objetivou o fomento de Cooperação Técnico Científica, a formulação e implementação de políticas e métodos de administração pública, a qualificação de recursos humanos, consultoria e assessoramento nas áreas de conhecimento da Conveniada e de interesse da Convenente.

No exercício de 2001, a FGV disponibilizou ao Ministério da Fazenda pesquisas, análises, estudos e dados, políticos e econômicos, de acordo com os projetos aprovados no Plano de Trabalho, conforme demonstrado a seguir:

Meta	Projeto	Indicador Físico	
		Unidade	Qtde
<i>1</i>	<i>Memória e História do Brasil Contemporâneo</i>		
<i>1.1</i>	<i>Preservação e Divulgação da Memória Nacional depositada no CPDOC</i>	<i>Relatórios</i>	<i>3</i>
<i>1.2</i>	<i>O Prédio do Ministério da Fazenda no Rio de Janeiro: História e Arquitetura (CD-ROM)</i>	<i>CD-ROM</i>	<i>1000</i>
<i>2</i>	<i>Organização dos Procedimentos da SPE</i>	<i>Relatórios</i>	<i>4</i>
<i>3</i>	<i>Serviços de consultoria para a elaboração do Programa de Fortalecimento Institucional da Secretaria do Tesouro Nacional</i>		
<i>3.1</i>	GESTÃO DA INFORMAÇÃO		
	<i>1. Apoio à gestão do VI Prêmio Tesouro Nacional de Monografia</i>	<i>Metodologia</i>	<i>1</i>

Meta	Projeto	Indicador Físico	
		Unidade	Qtde
	<i>2. Atualização e aplicação da tabela de temporalidade e plano de classificação e avaliação histórica do acervo documental da STN</i>	<i>Projeto Implantado e Avaliação realizada</i>	<i>1 de cada</i>
3.2	GESTÃO DE MODERNIZAÇÃO		
	<i>1. Análise do desempenho dos macroprocessos implantados e implantação de indicadores de desempenho de processos, gerando relatório documental</i>	<i>Relatório</i>	<i>4</i>
	<i>2. Implantação de novos processos: Construção de modelo de gerenciamento de risco, de módulo de simulação de estratégias e estruturação de informações gerenciais, com documentação dos produtos e manualização eletrônica</i>	<i>Metodologia implantada</i>	<i>1</i>
	<i>3. Apoio ao Gerenciamento da implantação do SIAFI Séc. XXI, abordando os aspectos de logística de comunicação interativa, divulgação e adequação à nova realidade dos processos de trabalho</i>	<i>Projeto</i>	<i>1</i>
3.3	GESTÃO DE ATENDIMENTO		
	<i>1. Desenvolvimento de projeto de atendimento integrado</i>	<i>Metodologia implantada</i>	<i>1</i>
	<i>2. Desenvolvimento e monitoramento de metodologia para avaliação da satisfação dos usuários dos serviços (captação de dados, processamento, tratamento estatístico e resultados) e Elaboração de indicadores – (metodologia e software)</i>	<i>Metodologia implantada</i>	<i>1</i>
3.4	GESTÃO DE PESSOAS		
	<i>1. Implantação da metodologia e software de avaliação de desempenho individual baseada em competências aprovadas pela STN</i>	<i>Metodologia implantada e software</i>	<i>1 de cada</i>
	<i>2. Treinamento de 92 gerentes para condução do processo de avaliação baseada em competências, metas individuais e institucionais</i>	<i>Turmas</i>	<i>6</i>
	<i>3. Projeto para elaboração de estudo de metodologia de ensino a distância para usuários do SIAFI</i>	<i>Projeto</i>	<i>1</i>
3.5	PLANEJAMENTO		
	<i>1. Metodologia de Planejamento Institucional para o estabelecimento e controle de metas, observando-se o que dispõe o Plano Plurianual e as diretrizes institucionais. (Sistema)</i>	<i>Metodologia implantada</i>	<i>1</i>
	<i>2. Formulação do Plano de Ação</i>	<i>Sistemas</i>	<i>1</i>
	<i>3. Formulação de Painel de Indicadores e Metas de Desempenho Institucional</i>	<i>Sistemas</i>	<i>2</i>
	<i>4. Formulação do Plano de Acompanhamento e Avaliação Institucional</i>	<i>Sistemas</i>	<i>3</i>
3.6	GESTÃO DE TECNOLOGIA		
	<i>1. Conceber, desenvolver e implementar nova página da STN</i>	<i>Novo site na Internet disponibilizado</i>	<i>1</i>

Meta	Projeto	Indicador Físico	
		Unidade	Qtde
	2. Auditoria do Sistema SIAFI	Relatório	1
	3. Avaliação, acompanhamento, soluções para o SIAFI XXI.	Relatório	1
4	Capacitação de 7 Procuradores da Fazenda Nacional	Cursos	
5	Indicadores de Preços		
5.1	Ampliação do Índice de Preços ao Consumidor para a abrangência geográfica de 2 para 11 capitais mais o DF	Relatórios	6
5.2	Fornecimento de Índices de Preços calculados pela FGV	Relatórios	6
6.	"Policy Papers" EPGE + IBRE		
6.1	Canais de Transmissão de Política Monetária no Brasil	Relatórios	2
6.2	Modelo de Expectativas Racionais para a Política Monetária no Brasil: desenvolvendo o mecanismo de transmissão	Relatórios	2
6.3	Avaliação Sistemática de Leilões	Relatórios	2
6.4	Mecanismos Macroeconômicos de Transmissão na Economia Brasileira	Relatórios	2
6.5	Produtividade, Competição Imperfeita e Reforma Comercial	Relatórios	2
6.6	Mercado Imobiliário e Securitização de Hipotecas	Relatórios	2
6.7	Os Efeitos da Liberalização Comercial sobre a Produtividade: competição ou tecnologia?	Relatórios	2
6.8	Usando Correlações Canônicas para identificar Indicadores Antecedentes e Coincidentes da Atividade Econômica no Brasil	Relatórios	2
6.9	Modelagem Econométrica da Arrecadação Tributária no Brasil	Relatórios	2
6.10	Agenda Microeconômica para o Brasil	Relatórios	2
6.11	Modelo de Financiamento para a Agricultura no Brasil: avanços e necessidades de prosseguimento das reformas	Relatórios	2
6.12	Aperfeiçoamento do Indicador de Core Inflation	Relatórios	2
6.13	Índice de Controle de Capitais: uma análise da legislação e dos determinantes do fluxo de capital no Brasil no período 1990-2000	Relatórios	2
6.14	Uma Avaliação de Propostas de Liberalização Tarifária	Relatórios	2
6.15	Políticas Sociais e Políticas de Apoio Microempresarial	Relatórios	2
6.16	Avaliação do Desenvolvimento de Clusters	Relatórios	2
7	Capacitação de 10 Procuradores da Fazenda Nacional em Brasília/DF	Cursos	10
8	Capacitação de 5 Procuradores da Fazenda Nacional, sendo 2 em Campinas/SP e 3 em Belo Horizonte/MG	Cursos	5
9	Aplicação de Métodos Econométricos para a Previsão do IPCA/IBGE Desagregado através do IPC/FIPE	Relatórios	2

Meta	Projeto	Indicador Físico	
		Unidade	Qtde
10	<i>Assinatura de 200 exemplares da Revista Conjuntura Econômica</i>	<i>Assinatura Anual</i>	200
11	<i>Estudo do Impacto Distributivo de Renúncias e Benefícios Fiscais</i>	<i>Relatórios</i>	1
12	<i>Utilização de Modelos de Programação Dinâmica Estocástica na Avaliação dos Preços do Mercado de Energia Elétrica no Brasil</i>	<i>Relatórios</i>	2
13	<i>Estudo da Aversão ao Risco no Modelo de Otimização o MAE</i>	<i>Relatórios</i>	2

Seguem comentários de alguns dos projetos desenvolvidos:

- **Indicadores de Preços**

O Índice Geral de Preços é calculado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), sendo composto pelo Índice de Preços no Atacado (IPA, com peso de 60%), pelo Índice de Preços ao Consumidor (IPC, com 30%) e pelo Índice de Nacional da Construção Civil (INCC, com os 10% restantes). O indicador de inflação mais antigo e tradicional do País é o **IGP-DI** (Índice Geral de Preços–Disponibilidade Interna).

A FGV também é responsável pelo cálculo e divulgação do **IGP-M** (Índice Geral de Preços de Mercado) e do **IGP-10**. Trata-se sempre do mesmo índice (composição e peso idêntico para IPA, IPCA e INCC), medido e divulgado em momentos diferentes. O **IGP-DI** tem a sua coleta de preços realizada entre os dias 1 e 30 de cada mês (refletindo a média de preços nesse período comparada à média de preços do período imediatamente anterior), com divulgação no início do mês seguinte. Já o **IGP-M** tem a coleta dos preços entre os dias 21 do mês anterior até o dia 20 do mês de referência, e é divulgado no final desse mês. O **IGP-10** compara os preços do período do dia 11 do mês anterior até o dia 10 do mês de referência com os 30 dias anteriores, sendo divulgado por volta do dia 20 de cada mês.

O **IGP-DI** é utilizado sobretudo como índice de preços das contas nacionais em todas as suas desagregações, além de ser o parâmetro dos reajustes anuais das tarifas de telefone fixo. Já o **IGP-M** é o principal indexador das operações do mercado financeiro, sendo ainda o referencial para o reajuste anual das tarifas de energia elétrica. O **IGP-10** foi criado em 1993 devido ao agravamento da inflação. Hoje, num ambiente de estabilidade de preços, sua principal função é viabilizar uma melhor

análise do comportamento da inflação, inclusive com uma visão antecedente de sua trajetória futura, através do comparativo dos índices encadeados.

Desde a sua criação na década de 40, o índice tem sofrido várias mudanças e aperfeiçoamentos. A reformulação mais recente ocorreu a partir de janeiro de 2001, com ampliação da abrangência do IPC e revisão dos sistemas de pesos do IPA e do INCC.

No tocante ao **IPC**, com base na nova Pesquisa de Orçamentos Familiares - POF, a FGV ampliou a abrangência geográfica de duas para 12 localidades, agregando às duas regiões anteriores (Rio de Janeiro e São Paulo), mais nove municípios (Belém, Belo Horizonte, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife e Salvador) e o Distrito Federal. Além disso, a POF recentemente permitiu a atualização do padrão de consumo das famílias que compõem o índice em cada local (com renda mensal de 1 a 33 salários mínimos), sendo incluídos novos bens e serviços, fato que contribuiu para a mudança da ponderação de cada item no índice.

Durante o ano de 2001, mensalmente a FGV executou a pesquisa de campo em cada uma das 12 localidades mencionadas, elaborou o índice e encaminhou à SPE arquivos Word (arquivo resumo) e Excel (arquivo com números índices, variações e ponderações em nível de desagregação máxima para o Brasil em cada uma das 12 capitais). Dentro do **Projeto 5.1 – Ampliação do Índice de Preços ao Consumidor – IPC-BR**, a FGV enviou sistematicamente o resultado completo do IPC-BR do IGP-DI por *e-mail* no dia da divulgação do índice.

Ressalte-se que além do IPC-DI, a FGV tem enviado no dia da divulgação os arquivos desagregados do IPA e do INCC que compõem o **IGP-DI**, bem como os resultados mensais para o **IGP-10** e o **IGP-M**, além das duas prévias desse último índice, cumprindo integralmente o acertado no **Projeto 5.2 - Fornecimento de Índices de Preços** (120 arquivos no total). Ainda dentro do Projeto, a FGV encaminhou à SPE arquivos mensais do **IPA-INDL (IPA INDustrial)**, que desagrega o IPA no formato usado nas Contas Nacionais.

O recebimento exclusivo dos dados abertos tem permitido a rápida análise dos resultados da inflação e sua repercussão sobre a economia, viabilizando ainda a atualização sistemática do banco de dados da SPE. Dessa forma, a FGV cumpriu o estabelecido, alcançando integralmente os objetivos propostos nos mencionados projetos do convênio.

▪ **Aperfeiçoamento do Indicador de Core Inflation**

Em junho de 1999, foi instituído no Brasil o regime monetário de metas de inflação, tendo como parâmetro a variação acumulada em 12 meses para o IPCA ao final de cada ano. O Decreto de nº

3.088, de 21 de junho de 1999, estabeleceu que o Conselho Monetário Nacional fixaria até o dia 30 de junho daquele ano as metas de inflação para 1999, 2000 e 2001 e, a cada ano, para o terceiro ano subsequente. A partir de então, o CMN fixou como metas de inflação os valores de 8,0% (1999), 6,0% (2000), 4,0% (2001), 3,50% (2002) e 3,25% (2003), com intervalos de tolerância de 2 pontos percentuais acima e abaixo das metas centrais.

Com a adoção do regime de metas inflacionárias pelo Banco Central, o acompanhamento sistemático dos diversos índices de preços ao consumidor existentes no País, sobretudo do IPCA, voltou a ter a importância que tinha antes da implantação do Plano Real, época em que a inflação era galopante.

Nesse contexto, ganhou grande relevância o conceito de núcleo de inflação (ou Core Inflation): um indicador da tendência de longo prazo da inflação que procura distinguir no movimento geral dos preços as altas temporárias daquelas de caráter permanente. No primeiro grupo, estão os choques de origem específica, transitórios, que alteram os preços relativos dentro da economia, mas não produzem um processo inflacionário. Já no segundo grupo, estão as mudanças cumulativas e permanentes que geram efeitos ampliados sobre os demais preços na economia, com conseqüências sobre a política monetária, cujo principal objetivo é a estabilidade de preços.

Ainda que o conceito de núcleo seja muito utilizado em outros países, especialmente naqueles que adotaram o regime de metas de inflação, não há consenso sobre sua definição precisa. A forma mais simples de cálculo exclui do índice de preços os itens de maior volatilidade e cujos movimentos não são determinados exclusivamente pelo mercado. Dentre esses itens, incluem-se alimentos, combustíveis, energia, preços administrados, juros habitacionais, impostos indiretos e subsídios.

No Brasil, o uso do núcleo da inflação é recente e seu cálculo vem sendo desenvolvido por várias instituições, com o objetivo de aprimorar o monitoramento dos preços e a previsão de sua trajetória futura, ajudando a organizar as expectativas de mercado e a orientar a política monetária.

Entre os conceitos atualmente existentes, está o da FGV que usa o método das médias aparadas a 20% (ou seja, retira-se do índice 20% das variações extremas de alta e baixa). Durante o ano de 2001, dentro do **Projeto 6.12 – Aperfeiçoamento do Indicador de Core Inflation** da FGV, esse indicador foi aprimorado, com a construção de indicadores alternativos através da informação individual de cada componente do IPC-DI. Além disso, dentro do projeto foi analisado o grau de repasse (*pass-through*) das desvalorizações cambiais à inflação, com a inclusão do preço internacional das *commodities*. Os resultados indicaram que a forte redução desses preços foi um fator fundamental para explicar o baixo coeficiente do repasse da valorização do dólar para a inflação brasileira.

▪ **Estudo do Impacto Distributivo de Renúncias e Benefícios Fiscais**

O projeto em questão, se propôs a analisar o impacto distributivo de renúncias e benefícios fiscais. O tema em questão é considerado de alta relevância, podendo ser entendido como desdobramento do estudo publicado por esta Secretaria de Política Econômica, que procurou mensurar a magnitude das renúncias fiscais e dos subsídios (explícitos e implícitos) no nível do governo federal.

O projeto concentra atenção nas renúncias e benefícios fiscais no âmbito do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) e das Contribuições Previdenciárias, propondo-se não somente a quantificar os valores que deixam de ser arrecadados pelo governo, bem como a analisar o impacto distributivo destes incentivos. Para tanto, foram utilizados dois programas de microsimulação, instrumento que permitiria estimar os impactos na distribuição de renda de alterações nos mecanismos de incentivos.

O relatório apresenta o resultado de dez simulações, com o objetivo de captar o impacto sobre a distribuição de renda da estrutura atual de renúncias e benefícios no âmbito do IRPF e das Contribuições Previdenciárias, bem como o impacto de nove hipotéticas "Reformas" na legislação do IRPJ e da Contribuição Previdenciária, propostas no estudo.

As simulações realizadas permitem uma série de conclusões pertinentes para a análise e formulação da política de incentivos fiscais. Em particular, deixa patente que seria possível ampliar substancialmente a arrecadação do IRPF através da eliminação das renúncias contidas na legislação desse imposto. Também ressalta, o diminuto impacto das medidas propostas de eliminação de incentivos sobre a estrutura de distribuição de renda.

Nesse sentido, o relatório cumpriu integralmente suas finalidades, podendo vir a se constituir em instrumento relevante para balizar as decisões nessa área da gestão fiscal.

▪ **Modelo Econométrico da Arrecadação Tributária no Brasil**

O projeto em questão propôs-se formular e analisar um modelo econométrico para a arrecadação tributária no Brasil, que permitisse melhorar o grau de previsão futura da arrecadação global e por tributo. A adequada utilização deste instrumental econométrico pode vir a contribuir para a melhoria do entendimento da estrutura e dinâmica tributária nacional, constituindo-se em importante subsídio para a formulação de políticas nesse campo.

Formalmente, o estudo foi dividido em quatro seções - Introdução, Metodologia Econométrica, Implementação Empírica e Considerações Finais, contendo ainda, em anexo, extenso conjunto de dados (33 tabelas), com os resultados dos dez modelos de regressão realizados para cada uma das 30 variáveis tributárias consideradas.

A principal inovação metodológica contida no trabalho consiste na introdução de técnica de projeção baseada na combinação de diferentes métodos econométricos de previsão, ao invés do procedimento tradicional, que se pauta na utilização de um único método particular. Os autores argumentam que esta combinação seria capaz de permitir ao modelo captar uma gama mais ampla de informações, na medida em que se apropriaria de diferentes estruturas de informação fornecidas por cada um dos modelos utilizados. Concluem que essa hipótese prévia se mostra confirmada pelos resultados gerados no trabalho, na medida em que os erros quadráticos médios apurados no modelo combinado (pelo método dos mínimos quadrados ordinários) são sistematicamente menores que os apurados nos dez modelos originais.

Nesse sentido, o relatório cumpriu integralmente suas finalidades, podendo vir a se constituir em importante ferramenta para a estimativa da receita tributária no âmbito do governo federal, adicionando informações ao método de projeção tradicionalmente utilizado pela Secretaria da Receita Federal. Dado o elevado grau de incerteza associado à projeção das variáveis tributárias, a utilização de mecanismos alternativos de projeção, visando minimizar os desvios entre os valores projetados e aqueles efetivamente realizados, pode se constituir em reforço relevante à gestão fiscal.

■ **Modelo de Financiamento para a Agricultura no Brasil**

O supracitado Projeto contempla os seguintes itens: Introdução; Mudanças Recentes no Crédito Agrícola no Brasil; Sistema de Crédito de Fomento no Brasil; Reformas na Área do Crédito Cooperativo; Novos Sistemas de Microfinanças no Brasil; Propostas de prosseguimento no conjunto de reformas já feitas: contribuição da literatura recente; Sumário e Conclusões; Bibliografia e Anexos (2).

Constam do estudo uma avaliação abrangente do processo de evolução do crédito rural no Brasil, desde o final dos anos sessenta até a atualidade, contextualizando a forma como a agricultura brasileira ajustou-se à realidade de uma oferta cadente de recursos oficiais, em especial a partir do início dos anos oitenta, aprofundando-se ao longo da década de noventa.

Na sequência, ao identificar as mudanças ocorridas no crédito agrícola no Brasil, a pesquisa destaca as reformas mais recentes na área de crédito cooperativo, assim como a implantação de novos sistemas de microfinanças no Brasil. Tratam-se de referenciais básicos que dão suporte à proposta de

reestruturação do sistema de financiamento rural brasileiro, que também está contemplada na pesquisa, cujos pressupostos são descentralização e fortalecimento de agências locais de crédito.

O Projeto em questão cumpriu plenamente suas finalidades, tratando-se de importante contribuição para orientar o prosseguimento das reformas no crédito rural que são fundamentais para assegurar um fluxo crescente de recursos para financiar o processo, em curso, de modernização da agricultura brasileira, envolvendo destacadamente o segmento de produtores rurais de base familiar.

▪ Mercado Imobiliário e Securitização de Hipotecas

O propósito desse trabalho foi apresentar uma abordagem econômica baseada na teoria do equilíbrio geral com mercados incompletos e/ou assimetrias da informação, além de uma descrição histórica do mercado de financiamento imobiliário americano. Esses elementos permitiriam criar a base para estudar possíveis formas de regulação do mercado de crédito no Brasil, regulamentação esta que pretende ampliar o mercado de financiamento imobiliário no Brasil. O trabalho também avalia a possibilidade de implementação de um mercado de securitização de dívida imobiliária no Brasil, com a finalidade de reduzir os riscos do intermediário financeiro associados às flutuações da taxa de juros.

Segundo o autor do trabalho, deve-se diferenciar os modelos de equilíbrio geral dos modelos de finanças e contratos tradicionais, no que tange à existência de restrições ao crédito (no caso, financiamento imobiliário). No primeiro, diminuições no grau de restrição ao crédito levam a uma melhoria de bem-estar dos agentes econômicos, enquanto que no segundo caso pode-se ter tanto uma melhora como uma piora do bem-estar dos agentes. Em caso de perda de bem-estar, esse pode ser derivado de possíveis mudanças nos preços relativos, que fazem com que os agentes, ao se defrontarem com as suas restrições orçamentárias, passem a ter menos opções de consumo.

O autor traça um histórico do sistema hipotecário americano desde os seus primórdios até os dias atuais. Comenta-se a respeito do "*mismatch problem*", ou seja, tipicamente a agência financiadora capta recursos de curto e de médio prazo, enquanto que o contrato de hipoteca usual envolve prazos de quinze a trinta anos. Um possível problema para a agência financiadora é a possibilidade de uma crise de liquidez na qual esta não consegue renovar os recursos para viabilizar os créditos previamente concedidos, a uma taxa de juros que garanta a sua solvência de longo prazo. É também mencionada a existência de diferentes tipos de contrato no mercado hipotecário primário americano. Dentre estes existem aqueles com taxas de juros fixas e flutuantes e com diferentes tipos de amortização.

O autor também fala a respeito do mercado de securitização de hipotecas nos Estados Unidos, que corresponde a uma operação financeira que separa a operação de concessão de crédito e cobrança da dívida do risco associado à flutuação da taxa de juros. Para a implementação da securitização de tais títulos, foram criadas várias agências governamentais, que têm o papel de fomentar o mercado hipotecário americano. Essas agências são responsáveis pela colateralização das debêntures emitidas nas operações de financiamento habitacional. Ou seja têm-se um mercado secundário de hipotecas. Para tais hipotecas serem securitizadas por tais agências governamentais, elas devem satisfazer alguns requerimentos mínimos. Estas hipotecas são conhecidas como "*conforming mortgages*", tendo acesso a um seguro federal de baixo risco, com o qual pretende-se garantir a solvência da instituição financiadora do imóvel em caso de "*default*" do mutuário.

No final dessa primeira fase do trabalho, o autor apresenta três problemas particulares ao mercado de crédito imobiliário: O problema do colateral (o próprio imóvel que está sendo financiado), o prazo do contrato ótimo e a possibilidade de pré-pagamento. Segundo o pesquisador, devido à existência dessas particularidades no mercado de crédito imobiliário, a questão se assemelha a um problema de Risco Moral.

Relativamente ao relatório final da pesquisa em questão, o autor aborda mais exaustivamente as principais particularidades do mercado de crédito imobiliário americano, que são a garantia do imóvel a ser financiado (que é o próprio imóvel em consideração) – e que depende do custo de retomada do imóvel (aspectos institucionais) e da desvalorização do imóvel em relação ao valor do empréstimo original –, o prazo do contrato ótimo que está relacionado com a solvência a longo prazo da entidade financiadora, a possibilidade de pré-pagamento – que é particularmente importante para hipotecas não securitizadas pelo governo federal – e finalmente, a questão das hipotecas serem socialmente ótimas.

No relatório final o autor faz um histórico do crédito imobiliário no Brasil, traçando um breve histórico a respeito da estrutura do mercado primário e um histórico com especificidades técnicas do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) e Sistema Financeiro Imobiliário (SFI).

O autor também faz uma explicação detalhada dos problemas identificados como inibidores da expansão do mercado brasileiro de crédito imobiliário. Esses problemas são a inadimplência (risco de crédito), incerteza (risco de descasamento entre ativos e passivos), limitação de "*funding*", restrição no espaço de contratos e o mercado secundário hipotecário brasileiro, caracterizado pelo seu elevado custo e falta de variedade de títulos. É também feito um breve retrato do financiamento imobiliário no Brasil no período de 1999 a 2001.

Finalizando o seu relatório, o autor apresenta algumas sugestões para o aperfeiçoamento do sistema de financiamento imobiliário no Brasil, que seriam medidas visando a redução do risco de crédito, através da concessão de garantias governamentais, incentivos ao aumento do número de emissões de hipotecas –através da ampliação da gama de títulos ofertados (aumento da rentabilidade) –, melhora no arcabouço legal e mudança na forma de intervenção governamental no segmento, mediante a flexibilização dos valores, taxas e indexadores dos contratos, formalização de estruturas de securitização e aumento do papel do governo no mercado secundário.

Levando em consideração a análise realizada sobre o mercado imobiliário e de securitização de hipotecas nos Estados Unidos, bem como a caracterização dos principais problemas próprios do mercado brasileiro, entende-se como satisfatório o presente trabalho, com a certeza de que o mesmo contribuirá para o avanço da revisão no aparato regulatório do setor imobiliário brasileiro iniciado com a criação de um grupo de trabalho pelo Sr. Presidente da República em 06.06.1999, e que ainda está sendo desenvolvida mediante discussão entre o Banco Central do Brasil e o Ministério da Fazenda, onde coube à SPE assessorar o Ministro.

4. ÁREA ADMINISTRATIVA

4.1 Convênio Fundação Getúlio Vargas – FGV

▪ Organização dos procedimentos da SPE

A proposta de organização dos procedimentos da SPE, de acordo com o Plano de Trabalho – Meta 02, apresentado pela FGV, objetivou mapear os processos administrativos da Secretaria, de forma gerencial, tendo como produto final do trabalho um relatório com a visão detalhada dos procedimentos afetos à área em questão, objetivando alcançar novos patamares de eficiência, eficácia e efetividade, propiciando um substancial acréscimo da autonomia decisória das áreas, buscando otimizar o atendimento à equipe técnica, seu principal cliente.

Dentro do escopo do projeto, foi considerada uma análise de melhoria dos processos de trabalho, como uma atividade sistemática e contínua, visando monitorar o ambiente produtivo, identificando as potencialidades dos processos e os pontos de estrangulamento que interferem no atingimento de objetivos, metas e padrões de qualidade da Secretaria.

O projeto foi desenvolvido em 02 (duas) grandes fases. Na primeira fase, foram identificados os processos superiores e os subprocessos, com a finalidade de obter uma visão macro do

fluxo de execução das atividades, ocasião em que contamos com a presença constante da equipe da Fundação Getúlio Vargas, tornando necessária, inclusive, a alocação de espaço físico, disponibilização de equipamentos de informática e suporte operacional, durante a execução do levantamento preliminar, bem como da análise dos dados apurados.

No decorrer daquele estágio do trabalho, foram realizados diversos workshops com os servidores-chaves das áreas envolvidas. Com isso, foi possível desenvolver um mapeamento dos processos, numa visão macro, em conjunto com a FGV. Como consequência adicional dos workshops houve um maior entrosamento entre as equipes, facilitando o entendimento e o conhecimento das atividades concernentes aos seus "vizinhos".

Na segunda fase, foi elaborada a visão pormenorizada de cada processo, através do detalhamento das funções executadas, informações de dados da execução das atividades e produtos/serviços gerados durante o processo. Esta visão propiciou a ligação lógica entre os processos, demonstrando a sua integração.

Os produtos elaborados e apresentados foram os seguintes:

- ✓ Relatório com a Visão Macro dos Processos;
- ✓ Relatório com a Visão Detalhada dos Processos;
- ✓ Relatório com as especificações de soluções para a automação dos processos e orientação para a aquisição de softwares;
- ✓ Relatório com as estratégias de implantação das soluções.

Concluindo, o projeto final elaborado cumpriu plenamente sua finalidade, atendendo às condições contratuais estabelecidas entre esta Secretaria e aquela Fundação, no que diz respeito a relevante contribuição para a melhoria dos processos de trabalho, referentes à área administrativa.

As propostas de mudanças que estão em processo de implantação serão apresentadas a seguir, em cada unidade vinculada à área administrativa, inseridas em subtópicos, intitulados "Projeto FGV".

4.2 RECURSOS TECNOLÓGICOS E DE INFORMAÇÃO

A Assistência de Informática tem como principal objetivo acompanhar e fazer cumprir o contrato firmado com o Serviço de Processamento de Dados – SERPRO, instrumento necessário à implementação e manutenção do Sistema Informatizado da SPE – ação do PPA 2000-2003, que visa

garantir os equipamentos necessários, em operação ininterrupta, além da manutenção e atualização dos *softwares* utilizados.

A equipe tem envidado esforços, objetivando a racionalização dos serviços disponíveis, atuando na melhoria ou desenvolvimento de programas específicos, analisando e controlando minuciosamente o acesso quantitativo e qualitativo às facilidades tecnológicas, sem perda na manutenção da qualidade. O suporte técnico aos equipamentos e aos usuários é efetivado, em grande parte, pela própria equipe da área, buscando otimizar a rapidez na solução das ocorrências, auxiliando na maximização da produtividade finalística da Secretaria.

No serviço "Agências de Informações", observou-se uma redução de gastos em aproximadamente 10%, com a redução de pontos de acesso às informações. Igual percentual verificado no serviço "Rede de Comunicação", em substituição à "Rede Multiprotocolar", comparado ao exercício de 2000, com previsão de permanência no mesmo patamar em 2002.

No decorrer do exercício de 2001, dentre as diversas atividades executadas, destacaram-se as seguintes:

- ✓ Edição e revisão de diversos documentos da Secretaria, inclusive a divulgação na Internet;
- ✓ Administração do contrato de prestação de serviços, junto ao SERPRO;
- ✓ Atualização criteriosa do site da SPE, no domínio da *homepage* do Ministério da Fazenda, modernizando o layout, incluindo novos dados, oferecendo maior rapidez no acesso às informações disponíveis e recuperando links inacessíveis;
- ✓ Desenvolvimento de sistemas alternativos, visando otimizar as rotinas administrativas relacionadas, principalmente, aos mecanismos de acompanhamento e controle das atividades, propiciando a emissão de relatórios e, conseqüentemente, reduzindo a necessidade de elaboração de diversos quadros e planilhas de WORD e EXCEL;
 - *Material de consumo* → controle de entrada e saída de estoque;
 - *Pessoal* → cadastro de servidores, com emissão de formulário específico para fácil acesso às informações básicas;
 - *Diárias e passagens* → formulários para deslocamentos a serviço de servidores, nos moldes do sistema anterior, que encontrava-se em precárias condições, obsoleto e desatualizado;
 - *Controle de equipamentos* → controle da localização e movimentação de equipamentos de informática disponíveis à Secretaria, além dos endereços lógicos (IP) dos mesmos.

- ✓ Acompanhamento no processo de atualização tecnológica de equipamentos, com a substituição de 16 (dezesesseis) microcomputadores e acréscimo de 2(dois) Notebooks, com programação em escala similar para 2002;
- ✓ Disseminação de conhecimentos básicos em informática, nos aplicativos WORD, EXCEL, além de noções de WINDOWS 95/98, em caráter de treinamento a servidores de apoio administrativo e secretárias;
- ✓ Atualização de softwares e sistemas operacionais;
- ✓ Desenvolvimento de sistemática de cópias de segurança para arquivos de usuários, minimizando a incidência de perda de informações;
- ✓ Instalação de impressoras Xerox DocuPrint P8ex e HP 1200, geralmente para uso compartilhado, disponibilizadas a esta Secretaria através do contrato de locação administrado pela GRA-DF, propiciando a desativação de diversas impressoras HP Série 600, com a conseqüente redução de custos com aquisição de cartuchos;
- ✓ Substituição do equipamento para impressão em cores QMS, que apresentava constantes problemas de ordem técnica e sem garantia do fornecedor, por outro, de marca LEXMARK, que apresentou melhor desempenho e qualidade, com garantia de manutenção renovada por dois anos;
- ✓ Racionalização dos custos no contrato SERPRO em serviços de Broadcast, Correio Eletrônico.

O trabalho desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, em implementação, contribuirá substancialmente para a melhoria dos trabalhos desenvolvidos na área. A seguir as principais propostas encontram-se elencadas.

Projeto FGV

- ✓ Implementação de nova visão do papel da Tecnologia e Informática - TI, dando maior ênfase às atividades de suporte técnico aos usuários, implementando um esquema de atendimento telefônico para registrar as solicitações de ocorrências, utilizando como uma das ferramentas um questionário básico de suporte em hardware e software;
- ✓ Capacitação do responsável pelo TI como analista de processo, impulsionando a abrangência do conhecimento do negócio Gabinete/SPE, propiciando um atendimento melhor;
- ✓ Mapeamento das funcionalidades dos sistemas corporativos, com o objetivo de alavancar a produtividade e a qualidade dos trabalhos desenvolvidos pela SPE;

- ✓ Estabelecimento do OUTLOOK como padrão de comunicação entre as Divisões do Gabinete no atendimento das solicitações de produtos/serviços desenvolvidos pela área administrativa;
- ✓ Implantação e padronização de formulários, usando a rede interna para armazenamento dos modelos de solicitações de produtos/serviços disponíveis;
- ✓ Programação de treinamentos nos sistemas corporativos utilizados, visando reduzir a necessidade de suporte, potencializando os benefícios do uso dos mesmos.

4.3 COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

À Coordenação de Atividades Administrativas compete, seguindo políticas, diretrizes, normas e orientações da Subsecretaria de Planejamento Orçamento e Administração - SPOA/MF, planejar, organizar, coordenar, supervisionar e controlar as atividades administrativas concernentes às gestões de documentos e informações, orçamentária e financeira, material e patrimonial, de recursos humanos e serviços de apoio logístico, assim como assistir o Chefe de Gabinete nos assuntos de natureza administrativa.

4.4 RECURSOS HUMANOS

A equipe da Secretaria de Política Econômica conta com quase 01 centena de profissionais para o bom andamento de todas as atividades inerentes à sua missão institucional e atribuições regimentais, sejam elas de cunho técnico ou administrativo.

Observado sob uma ótica meramente quantitativa, tal contingente de pessoal pode não ser considerado expressivo se comparado ao universo de atividades desenvolvidas, e realmente não é o ideal, mas certamente, de acordo com o detalhamento de atribuições neste relatório, a equipe obteve êxito na consecução de resultados significativos na execução de todas as tarefas que foram incumbidas à Secretaria, no decorrer do exercício.

A Divisão de Pessoal, à qual compete coordenar e acompanhar a execução das atividades relativas a Recursos Humanos, bem como transmitir, no âmbito da Secretaria, a legislação e normas pertinentes, como uma unidade atuante na interface com a Gerência de Recursos Humanos/GRH/GRA-DF, desenvolveu as suas atividades em observância às regras e prazos ditados por aquela Gerência, conforme descrito a seguir.

- ✓ Controle de frequência, com o respectivo encaminhamento do relatório mensal à GRH, para inclusão no pagamento;
- ✓ Marcação, alteração, interrupção, cancelamento de férias, também com o envio de relatório à GRH, para os efeitos pertinentes;
- ✓ Marcação de licenças, com o respectivo preenchimento dos formulários padrão, quando necessário;
- ✓ Acompanhamento das Avaliações de Desempenho dos servidores;
- ✓ Inscrição de servidores em eventos;
- ✓ Elaboração de designação e dispensa e de portarias de nomeação e exoneração, com envio de arquivo à Secretaria Executiva para consulta à Casa Civil, quando for o caso;
- ✓ Atualização das pastas funcionais dos servidores;
- ✓ Consultas diversas à GRH;
- ✓ Preenchimento de arquivos padrão para Afastamentos de servidores do País, para envio ao Gabinete do Ministro;
- ✓ Acompanhamento do controle de frequência de servidores no Curso de Inglês, coordenado pela ESAF;
- ✓ Acompanhamento no Diário Oficial da União das publicações de assuntos afetos a recursos humanos;
- ✓ Providências necessárias, incluindo entrevistas, ao preenchimento de vagas de estagiários, através do Convênio do MF com o CIEE;
- ✓ Encaminhamento da frequência dos estagiários à GRH;
- ✓ Elaboração de quadros em WORD e EXCEL, contendo informações básicas de controle de pessoal;
- ✓ Consultas à legislação e normas vigentes, relacionadas à área de pessoal.

A qualificação dos profissionais da SPE é, em média, bastante elevada. A equipe técnica, por exemplo, é composta, essencialmente por economistas, em sua maioria com mestrado e algumas exceções com doutorado, conforme demonstrado a seguir, em quadro intitulado Qualificação do Pessoal/SPE. Considerando-se que a SPE não dispõe de carreira estruturada, o contingente de técnicos sem vínculo com a administração pública federal é expressivo.

	Nome	Cargo Efetivo	Origem	Formação Nível Superior	Mestrado	Doutorado	Inglês	
							Fluente	Em Formação
1	Alexandre Ruggieri Kosbiau	AFC	STN/MF	Economia	Sim		X	
2	Ana Paula Vitali Janes Vescovi	EPPGG	SEAP/MP	Economia	Sim		X	
3	Anne Sophia Milanez da Silva	S/Vínculo	-	Geografia				
4	Antônia Maria da Silva	Agente de Portaria	MF					
5	Antônio Ramos de Oliveira	Motorista Oficial	MF					
6	Arno Meyer	Requisitado	FUNDAP	Economia	Sim		X	
7	Bernardino Henrique Morandi Queiroz	Requisitado	BACEN	Economia				
8	Bruno Carazza dos Santos	EPPGG	SEAP/MP	Economia	Cursando		X	
9	Caetana Gonçalves da Silva	Agente de Portaria	MF					
10	Carlos Campos	Motorista Oficial	Min. Transportes					
11	Cecília Catramby Coutinho	S/Vínculo	-	Superior Incompleto				
12	Daniel Sigelmann	EPPGG	SEAP/MP	Economia	Sim		X	
13	Edson Rodrigues da Silva	S/Vínculo	-	Superior (cursando)				
14	Elizabeth Maria Gonçalves Andrade	TFC	SFC	Administração				
15	Evandro Fazendeiro de Miranda	Requisitado	SERPRO	Economia			X	
16	Evandro Gonçalves dos Santos	Ag. Administrativo	MF	Superior Incompleto				
17	Fábio Ribeiro Servo	EPPGG	SEAP/MP	Economia	Sim	Sim	X	
18	Fernando Andrade Silva	Ag. Administrativo	MF					
19	Fernando César Campos Gurgel	Requisitado	SERPRO	Matemática				
20	Fernando Miguel Montero	S/Vínculo	-	Economia	Sim	Sim	X	
21	Helda Renilda Meireles Borba	TFC	SFC	Superior (cursando)				
22	Ivan Pompílio da Rocha Moreira	EPPGG	SEAP/MP	Administração	Sim		X	
23	Ivone Nunes Rodrigues dos Santos	Ag. Administrativo	MF	Superior (cursando)				
24	Jacira de Aguiar Nunes	Requisitado	SERPRO					

	Nome	Cargo Efetivo	Origem	Formação Nível Superior	Mestrado	Doutorado	Inglês	
							Fluente	Em Formação
25	José Ari de Moraes	Motorista Oficial	Min. Transportes					
26	José Eustáquio de Paula	Ag. Administrativo	MF					
27	José Francisco da Silva	AFC	STN/MF	Economia	Sim		X	
28	José Guilherme Almeida dos Reis	S/Vínculo	-	Economia	Sim		X	
29	Julian Marcondes Viana de Assis	AFC	STN/MF	Administração	Sim		X	
30	Juracy do Nascimento Santiago	Agente de Portaria	MF					
31	Keila Vieira Rabelo	Agente de Portaria	MF	Superior (cursando)				
32	Laudelino Carvalho dos Santos	Agente de Portaria	MF					
33	Leila Maria da Silveira	Ag. Administrativo	MF					
34	Lígia Salomé Varandas Esteves Beira	Requisitada	FUNDAP	Economia	Sim (créditos)		X	
35	Luci Maria Alves	Agente de Portaria	MF	Superior Incompleto				
36	Lúcia Campelo da Silva	Requistado	SERPRO	Administração				
37	Lúcia Nery da Fonseca Grangeiro	Requisitado	SERPRO	Administração				
38	Luzia do Carmo Santos Cunha	Agente de Portaria	MF					
39	Maria Aparecida Nóbrega da Silva	S/Vínculo	-	Comunicação Social				
40	Maria Bernadete P. Sauruessig	S/Vínculo (Ap.)	-	Administração				
41	Maria de Nazareth Baldez de Amorim	TFC	STN/MF	Economia				
42	Maria Lucicleide Nunes da Silva	Ag. Administrativo	MF					
43	Mario Sérgio Fernandez Sallorenzo	S/Vínculo (Ap.)	-	Economia				X
44	Marisa Socorro Dias Durães	Requisitada	STN/MF	Economia	Sim		X	
45	Martim Ramos Cavalcanti	AFC	STN/MF	Economia	Sim		X	
46	Mary Vieira Gomes	S/Vínculo	-					
47	Mércia Gomes Santa Cruz	TFC	STN/MF					
48	Míria Léa de Souza Zaks	TFC	STN/MF					

	Nome	Cargo Efetivo	Origem	Formação Nível Superior	Mestrado	Doutorado	Inglês	
							Fluente	Em Formação
49	Otávio Ribeiro Damaso	Requisitado	BACEN	Economia	Sim		X	
50	Patrícia Abraham Cunha da Silva	Ag. Administrativo	MF	Administração				X
51	Paulo Guilherme Moreira de Melo Filho	S/Vínculo	-	Economia	Sim		X	
52	Paulo Mól Júnior	EPPGG	SEAP/MP	Economia	Sim			X
53	Paulo Roberto Santos	Requisitado	SERPRO					
54	Regina A. Nascimento Resende	S/Vínculo (Ap.)	-	Letras				
55	Regina Helena Dantas Simões Chacur	Requisitado	CONAB	Economia	Sim			X
56	Roberto Shoji Ogasavara	Requisitado	BACEN	Economia	Sim		X	
57	Rosângela Fragoso de Mendonça Santiago	Ag. Telec. e Elet.	MF					X
58	Rui Batista Reis	AFC	STN/MF	Economia				X
59	Sebastião Aquino Goveia Filho	Ag. Administrativo	MF	Ciências Contábeis				
60	Sérgio Rosa Ferrão	Requisitado	BB	Economia	Sim			X
61	Silvio Furtado Holanda	EPPGG	SEAP/MP	Economia	Sim		X	
62	Solange Maria Lousada	Economista	MF	Economia				
63	Sônia Maria de Queiroz Pereira	Requistado	SERPRO	Biblioteconomia				
64	Terezinha Maria Alves Braga	Datilógrafa	MF					
65	Ubiratan Antônio Rodrigues	Motorista Oficial	MF					
66	Valdecir Gomes Evangelista	Ag. Administrativo	MF					
67	Vanir Brás Alfredo	Artíf. de Marc. Car.	MF					
68	Vera Lúcia Lopes Fernandes	Requisitada	GEIPOT	Superior Incompleto				
69	Vera Lúcia Pinheiro Fernandes	Ag. Administrativo	MF					
70	Victor Manuel Lledo Carreres	S/Vínculo (Ap.)	-	Sociologia	Sim		X	
71	Wagner Thomaz de A Guerra Júnior	Requisitado	BACEN	Economia	Sim	Sim	X	
72	Yvan Faria Bayardino	S/Vínculo (Ap.)	-	Economia	Sim		X	

	Nome	Cargo Efetivo	Origem	Formação Nível Superior	Mestrado	Doutorado	Inglês	
							Fluente	Em Formação
PRESTADORES DE SERVIÇOS – Empresa Juiz de Fora								
1	Adalberto Martins Moura	Atendente						
2	Antônio Gomes Pereira	Garçom						
3	Cacilda Texeira dos Santos	Recepcionista						
4	Carlinda do Nascimento Oliveira	Recepcionista						
5	Edmar da Costa Silva	Recepcionista						
6	Elenaide Nascimento S. Souza	Atendente						
7	Izabel Cristina F. Primo da Silva	Recepcionista						
8	Lázaro Feliciano Filho	Garçom						
9	Maria Clemente de Barros	Copeira						
10	Maria das Graças Miguel	Recepcionista						
11	Maria Odete Coutinho	Recepcionista						
12	Naimar Guimarães Siqueira	Copeira						
13	Welton Rodrigues de Souza	Atendente						
ESTAGIÁRIOS – Convênio CIEE								
1	Aline Cândida Portela			Superior (cursando)				
2	Gervison Eduardo de Souza			2º Grau(cursando)				
3	Márcia Silva Lemos			Superior (cursando)				
4	Paulo Henrique Magaldi Merlino			Superior (cursando)				
5	Ronald Soares Bentes			2º Grau (cursando)				

A DIPES preparou uma programação de cursos e treinamentos, para o exercício de 2001, onde foi possível apresentar boas opções de incremento aos conhecimentos específicos, para componentes tanto da área técnica quanto da área administrativa. Alguns dos cursos/treinamentos realizados estão mencionados abaixo.

CURSOS DE CAPACITAÇÃO/TREINAMENTOS

<i>EVENTO</i>	<i>LOCAL</i>
Ajuste Macroeconômico e Política Financeira	ESAF
Licitações e Contratos	Gerência Regional de Administração - DF
Curso de Gestão Macroeconômica	FMI – Washington
Execução Orçamentária e Financeira no Serviço Público	ESAF
Gestão de Documentos na Administração Pública	ELO Consultoria Empresarial e Produção de Eventos DF
II Curso Extensão Reforma e Gestão Previdenciária no Serviço Público	MPAS/UNB
Inglês na Globalização da Economia	ESAF
IV Curso de Regulação Econômica dos serviços de Saneamento	ESAF

OBS: Alguns eventos foram incluídos no subitem 3.6 Participação em Palestras, Seminários e Encontros.

Na busca pela excelência profissional, a DIPES encontrou ressonância no trabalho desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas, voltado para a organização dos procedimentos da SPE, especialmente no que tange obstáculos enfrentados frequentemente com relação à indisponibilidade de acesso a transações de consulta atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Pessoal – SIAPE, fator que dificulta sobremaneira a certificação das informações enviadas à GRH.

Projeto FGV

- Implantação de modelo padronizado de formulários, disponíveis na rede interna da Secretaria, para as diversas solicitações afetas à área de recursos humanos, explicitando os prazos estabelecidos para o encaminhamento dos mesmos, via OUTLOOK;
- Divulgação em diretório da rede SPE das Normas de Pessoal, definindo o e-mail da DIPES como o guichê de entrada dos eventuais questionamentos;

- Implantação de mecanismo de avaliação de estagiários, definindo os quesitos de enfoque e sua periodicidade;
- Identificação de transações atualizadas para consultas ao sistema corporativo SIAPE e à INTRANET/MF-GRA/DF, que permitam confiabilidade na certificação das informações encaminhadas à GRH/GRA/DF, no que tange a questões correlatas, prioritariamente, a férias de servidores;
- Atualização da base de dados dos servidores, utilizando como ferramenta o sistema alternativo desenvolvido pela TI, objetivando o acesso a um facilitador às consultas rotineiras ao reduzir a manualização de papéis, explorando a variedade de filtros para a emissão de relatórios que atendam as demandas de controle da Divisão, Coordenação Administrativa e Gabinete;
- Centralização na Divisão de Documentação e Comunicação Administrativa da leitura e busca de assuntos de pessoal no Diário Oficial da União, tais como: nomeações, exonerações, legislação específica.

4.5 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A Divisão de Controle Orçamentário e Financeiro tem como competência, acompanhar e controlar a programação e execução orçamentária e financeira, e elaborar a proposta orçamentária da Secretaria.

- **Proposta Orçamentária / 2001**

Inicialmente, projetou-se na proposta orçamentária para o exercício de 2001, elaborada e encaminhada à COGEF/SPOA, o valor global de R\$ 1.315.338 (um milhão, trezentos e quinze mil, trezentos e trinta e oito reais), destinados à manutenção das suas ações, previstas no PPA, de responsabilidade deste órgão. Entretanto, os limites estabelecidos até dezembro/2001 pelo Decreto nº 3.746/01, restringiu o valor a R\$ 665.680,00 (seiscentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e oitenta reais), aprovado pela Lei Orçamentária/2001 para R\$ 629.334,00 (seiscentos e vinte e nove mil, trezentos e trinta e quatro reais), que representou uma redução de 9% (nove por cento) no montante global dos recursos destinados ao custeio das atividades finalísticas desta Secretaria.

Dessa forma, objetivando reforçar as dotações consignadas no orçamento, foi encaminhado à Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA, solicitação de crédito suplementar, no valor de R\$ 49.600,00 visando tão somente a recomposição de parte dos valores pleiteados à época da elaboração da proposta orçamentária para o exercício de 2001.

A solicitação de suplementação das dotações nas Ações *"Análises Macroeconômica e Proposição para a Formulação da Política Econômica"* e *"Sistema Informatizado da Secretaria de Política econômica"*, foi destinada à cobertura de despesas com a manutenção do órgão, e ao pagamento do contrato de informática firmado com o SERPRO, cujos serviços prestados são de suma importância para Secretaria, garantindo assim o desenvolvimento das atribuições da Secretaria. Cabe enfatizar que, a programação orçamentária foi elaborada de acordo com a orientação governamental de contenção de gastos e os recursos foram aplicados estritamente no atendimento das atividades funcionais desta Secretaria.

QUADRO RESUMO DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DA SPE – 2001

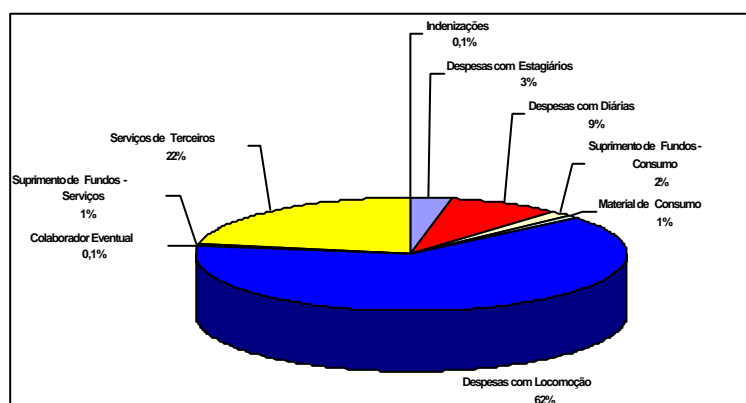
R\$ 1,00

FUNCIONAL PROGRAMÁTICA	Grupo de Despesa	Dotação Lei nº 10.171/01 (A)	Limite Empenho até DEZ/01 Dec. 3.746/01 (B)	Crédito Suplementar (C)	Dotação Autorizada D=(a+c)	Executado até DEZ/01 (E)	% E/D
04.121.0771.2066.0001 Análise Macroeconômica e Proposição para a Formulação de Política Econômica	3	334.800	298.454	37.480	372.280	355.837	96
	4	40.000	40.000	0	40.000	30.418	76
SUBTOTAL		374.800	338.454	37.480	412.280	386.255	
04.126.0771.2083.0001 Sistemas Informatizados da SPE	3	290.880	290.880	12.120	303.000	302.990	100
SUBTOTAL		290.880	290.880	12.120	303.000	302.990	
04.121.0797.0556.0001 Apoio Financeiro à Fundação Getúlio Vargas	3	11.440.000	6.000.000	0	6.000.000	5.662.360	94
SUBTOTAL		11.440.000	6.000.000	0	6.000.000	5.662.360	
TOTAL		12.105.680	6.629.234	49.600	6.715.280	6.351.605	94

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

PROGRAMA DE TRABALHO	Natureza Despesa	Especificação	EXERCÍCIO					
			2000			2001		
			Dotação Autorizada (A)	EXECUTADO (B)	% B/A	Dotação Autorizada (C)	EXECUTADO (D)	% D/C
04.121.0771.2066.0001 Análise Macroeconômica	339000	Custeio	381.400,00	344.596,97	90,35	372.280,00	355.837,27	95,58
	335039	Estagiários	10.000,00	6.687,40	66,87	11.000,00	10.149,73	92,27
	339014	Diárias	40.000,00	37.749,28	94,37	30.000,00	29.212,76	97,38
	339030	Mat. Consumo	14.000,00	14.978,69	106,99	21.000,00	20.542,39	97,82
	339033	Passagens	240.000,00	202.615,57	84,42	228.480,00	217.414,01	95,16
	339036	Serviços P. Física	10.000,00	1.233,50	12,34	1.400,00	474,18	33,87
	339039	Serviços P. Jurídica	67.400,00	81.332,53	120,67	80.000,00	77.784,79	97,23
	339093	Indenização				400,00	259,41	64,85
	449052	Investimento	8.600,00	2.000,00	23,26	40.000,00	30.418,61	76,05
SUBTOTAL			390.000,00	346.596,97	88,87	412.280,00	386.255,88	93,69
04.126.0771.2083.0001 Sistemas Informatizados	339039	Serv. P. Jurídica (SERPRO)	242.400,00	242.400,00	100	303.000,00	302.990,00	100
04.121.0797.0556.0001 Apoio Financeiro à FGV	335039	Convênio*	0	0	0	6.000.000,00	5.662.360,00	94,37
TOTAL			632.400,00	588.996,97	93,14	6.715.280,00	6.351.605,88	94,58

*Convênio FGV – Execução das despesas referentes ao exercício de 2000 à cargo da SPOA/MF



A DICOF participou ativamente das atividades promovidas com o advento da meta incluída no convênio com a Fundação Getúlio Vargas, direcionada a melhorias nos processos administrativos. Diferentemente das outras áreas envolvidas, o leque de propostas apresentadas para a Divisão não prevê mudanças expressivas nas rotinas de trabalho, em decorrência da especificidade executora dos processos, e a indiscutível qualidade da principal ferramenta disponível, o Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, os quais colaboram substancialmente para minimizar a incidência de focos de estrangulamento no desenvolvimento das atividades. Apresentados abaixo, os principais pontos de melhoria identificados por aquela instituição.

Projeto FGV

- Incremento à funcionalidade e agilidade do sistema de requisição de passagens e diárias para deslocamentos de servidores;
- Implantar rotina padrão para a tratativa de processos de pagamento;
- Disseminação de normas que regem a execução de procedimentos para a concessão de passagens e diárias para servidores, estipulando prazos para o encaminhamento das solicitações, preferencialmente dispondo da utilização de formulário padrão.

4.6 MATERIAL E PATRIMÔNIO

O acervo patrimonial da SPE é composto por aproximadamente 700 bens móveis, sendo de competência da Divisão de Material e Patrimônio, requisitar, guardar, distribuir e controlar as atividades relacionadas com a administração de material e patrimônio, além de zelar por sua guarda, no âmbito da Secretaria.

Consoante às suas atribuições, abaixo estão elencadas as principais rotinas desenvolvidas pela Divisão no exercício de 2001, no que se refere aos materiais permanentes.

- ✓ Controle diário de movimentação dos bens móveis no Sistema Integrado de Administração de Serviços - SIADS;
- ✓ Acerto dos grupos contábeis, quando necessário;
- ✓ Encaminhamento mensal do Relatório de Movimentação de Bens – RMB, extraído do SIADS, em consonância com o Balancete Contábil, emitido pelo Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, para a respectiva conformidade documental;

- ✓ Controle de entrada e saída de bens móveis da Secretaria, através do Sistema SIADS;
- ✓ Transferências de bens móveis para as demais Unidades Gestoras;
- ✓ Confirmação de Movimentações de outras UG's para a SPE;
- ✓ Inventário de Conferência, realizado ao final do 1º semestre do ano;
- ✓ Inventário Geral no final do exercício;
- ✓ Controle e atualização dos Termos de Responsabilidade;
- ✓ Acompanhamento do estado geral dos bens, analisando a necessidade e conveniência de eventuais reparos;
- ✓ Controle de aquisição de mobiliário, no caso de substituição ou acréscimo de quantitativos para atender às necessidades da SPE, precedida de consulta de disponibilidade no Depósito da Gerência Regional de Administração-DF;
- ✓ Solicitação à Secretaria da Receita Federal de cessão de materiais permanentes apreendidos por aquela Secretaria.

Dentro da mesma definição de competência regimental, a Divisão executa o atendimento às requisições de material de consumo, suprindo as necessidades da Secretaria o mais racionalmente possível, conforme procedimentos rotineiros exemplificados a seguir.

- ✓ Requisição mensal de material de consumo à GRA/DF, através de transação específica no Sistema SIADS;
- ✓ Atendimento quinzenal às requisições das áreas da SPE, por meio de preenchimento de formulário próprio;
- ✓ Levantamento e especificação de materiais e respectivos quantitativos, visando uma programação anual para o encaminhamento de solicitação de aquisição à GRA/DF, no início do exercício;
- ✓ Solicitação à GRA/DF de confecção de carimbos;
- ✓ Proposição da aquisição de materiais de consumo indisponíveis na GRA/DF para pronto atendimento, através do Suprimento de Fundos, de acordo com as necessidades emergenciais evidenciadas;
- ✓ Elaboração de planilhas em EXCEL, refletindo o acompanhamento do controle mensal de estoque.

A responsabilidade pela supervisão, execução e controle das atividades de copa, reparos, consertos, manutenção e conservação das instalações físicas e demais serviços afins, fica a cargo

Serviço de Apoio Logístico, que assume também o controle dos serviços externos executados com uso do veículo oficial que atende à Secretaria.

A busca por melhorias contínuas nos moldes de atendimento e controle às atividades concernentes à DIMAP, veio de encontro às propostas apresentadas pela Fundação Getúlio Vargas quando da execução dos trabalhos referentes à meta de organização dos procedimentos da SPE, incluída no convênio firmado com aquela instituição no exercício de 2001. A seguir sinteticamente identificadas.

Projeto FGV

- Disponibilização de aplicativo que facilite o controle de estoque;
- Implantação de nova rotina de controle de material de consumo;
- Extinção da periodicidade quinzenal para o atendimento de requisições de material de consumo, adotando a mensal;
- Identificação da média trimestral de consumo por item X área da SPE, através do sistema Controle de Estoque, desenvolvido pelo TI, visando um atendimento mais racional das requisições;
- Elaboração de formulário padrão para solicitações relacionadas com a disponibilidade/ substituição/reparos de materiais de uso permanente.

4.7 DOCUMENTAÇÃO E PROTOCOLO

À Divisão de Documentação e Comunicação Administrativa compete planejar, coordenar e executar as atividades pertinentes à tramitação, registro, controle e arquivo de expedientes e arquivamentos.

Compete, ainda, à DIDOC, a conformidade documental dos processos contábeis, que consiste na certificação da existência de documento hábil, por meio do Sistema Integrado de Administração Financeira – SIAFI, que comprove a operação das despesas financeiras/orçamentárias executadas pela SPE, cuja documentação é arquivada junto ao respectivo processo.

A documentação expedida segue o modelo padrão estabelecido pelo Manual de Redação da Presidência da República, sendo numerada anualmente. Esta documentação é arquivada, ainda em papel, organizada de forma a permitir a consulta, a qualquer tempo, de toda a documentação. Quando necessário, são procedidas consultas a outras unidades de Protocolo no Ministério e em órgãos

externos, com vistas à localização, posicionamento ou cópia de documentos diversos daqueles que compõem o acervo documental da Secretaria.

A Divisão atua, também, no encaminhamento de matérias para a publicação no Departamento de Imprensa Nacional, portarias de nomeação ou exoneração em sua maioria.

Todas as edições e *papers* para utilização comum dos servidores da Secretaria, são classificadas, catalogadas e arquivadas de forma organizada pela equipe do Serviço de Catalogação e Pesquisa, que atua, também, no desenvolvimento de pesquisa legislativa, através do sistema DATALEGIS e dos sites da Imprensa Nacional e Presidência da República, e na disseminação de informações do Diário Oficial da União, identificando os assuntos específicos de interesse das diversas áreas da SPE, encaminhando-os para conhecimento e providências dos interessados.

Os demonstrativos abaixo dimensionam o quantitativo de documentos expedidos, recebidos e controlados pela Divisão, no exercício de 2001.

DOCUMENTOS EXPEDIDOS

TIPO	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	TOTAL GERAL
BOLETIM	0	60	101	60	60	40	71	61	67	75	49	61	705
FAX	6	26	15	34	14	12	12	44	12	22	34	43	274
MEMORANDO	58	58	116	132	83	69	94	118	108	102	95	74	1.107
NOTA TÉCNICA	0	2	7	4	3	6	7	8	5	4	3	3	52
OFÍCIO	17	23	13	18	12	13	13	20	19	35	16	13	212
PARECER	18	23	47	51	32	36	38	54	55	46	46	39	485
PORTARIA	0	0	3	0	2	1	1	0	1	1	1	4	14
TOTAL MENSAL	99	192	302	299	206	177	236	305	267	285	244	237	2.849

DOCUMENTOS RECEBIDOS

<i>PROCEDÊNCIA</i>	<i>JAN</i>	<i>FEV</i>	<i>MAR</i>	<i>ABR</i>	<i>MAI</i>	<i>JUN</i>	<i>JUL</i>	<i>AGO</i>	<i>SET</i>	<i>OUT</i>	<i>NOV</i>	<i>DEZ</i>	<i>TOTAL GERAL</i>
GMF	10	8	11	11	8	26	11	11	7	11	5	5	124
AAP	14	50	54	41	73	6	14	94	59	57	39	46	547
SE	0	3	6	10	3	58	2	3	5	7	5	3	105
PROCESSOS	8	13	21	47	41	62	41	62	42	62	41	22	462
OUTROS	21	53	55	38	41	4	29	105	1	55	38	1	441
TOTAL	53	127	147	147	166	156	97	275	114	192	128	77	1.679

A Unidade desenvolveu suas atividades visando, inclusive, o aperfeiçoamento e otimização das informações pertinentes à padronização da comunicação administrativa, tramitação de documentos, arquivamento e registros, buscando melhorias que possam atender às expectativas do público interno e externo. Neste aspecto, a contribuição do trabalho desenvolvido pela Fundação Getúlio Vargas constituiu-se peça indispensável. Estão elencadas abaixo, algumas das melhorias propostas.

Projeto FGV

- Melhor disseminação do sistema corporativo COMPROT, para a tramitação interna de documentos (aqueles que circulam entre as Coordenações e Divisões sem o respectivo registro no Protocolo);
- Implantação de rotina de compilação de matérias publicadas no Diário Oficial da União, através da leitura e captura dos dados na INTERNET, objetivando a divulgação das informações de interesse da SPE para as áreas interessadas, através do OUTLOOK;
- Implantação de nova sistemática de arquivamento de documentos expedidos.

5. CONCLUSÃO

Ao longo de 2001, a Secretaria assumiu papel decisivo na revisão do arcabouço regulatório do setor energético, com o objetivo de superar definitivamente a crise de escassez deflagrada no ano anterior. Além disso, continuou a desempenhar sua função de interlocutora do Governo Brasileiro junto ao Fundo Monetário Nacional – FMI, especialmente no que se refere às últimas revisões do acordo vigente desde 1998 e à negociação do novo acordo firmado em agosto de 2001. No campo das reformas estruturais, a participação da SPE foi importante na análise e proposição de medidas, realizadas no âmbito interno do Ministério da Fazenda e dos vários conselhos e comitês em que mantém assento.

Ressalte-se ainda a relevância dos produtos técnicos em Economia e Administração desenvolvidos pela FGV por meio do Convênio, que resultaram em diversas pesquisas, análises, estudos e dados, políticos e econômicos, constituindo-se em importante subsídio para a formulação de políticas nos diversos campos e assim contribuindo para o desenvolvimento sócio-econômico do País.

Dentro do contexto abordado no presente relatório, pode-se dizer que a Secretaria encerrou o exercício em consonância com os resultados desejados, de forma a cumprir sua missão institucional na condução das questões relacionadas à formulação e implementação das políticas governamentais.

José Guilherme Almeida dos Reis
Secretário de Política Econômica

Patrícia Abraham Cunha da Silva
Ordenadora de Despesas